

## **PRIMEIRO CAPÍTULO**

### **A MUSEALIZAÇÃO DA ARQUEOLOGIA**

#### **1.1. MUSEUS DE ARQUEOLOGIA: UMA HISTÓRIA DE CONQUISTADORES, DE ABANDONO E DE MUDANÇAS.**

Sob a identidade de “Museu de Arqueologia” acumula-se, nos dias de hoje, uma multiplicidade de características museológicas que indica um passado comprometido com aspectos relevantes da história dos museus, no que diz respeito à importância do colecionismo para estas instituições, como também, a evidente parceria com as diferentes fases das descobertas e da pesquisa arqueológica nestes últimos séculos.

Outro aspecto marcante dessas instituições está vinculado ao caráter universalista de seu conteúdo, constituído de coleções difusas no tempo e no espaço. Da mesma forma, pode-se afirmar que, nas últimas décadas, esses museus têm servido, também, para o tratamento patrimonial da memória local. Elevando-a, algumas vezes, ao patamar das referências nacionais e universais.

Os museus de Arqueologia existem em todos os continentes, ainda reconhecidos como centros de pesquisa, vinculados em sua maioria às universidades e responsáveis por parcelas significativas do patrimônio que tem sido preservado ao longo dos séculos.

Entretanto, cabe analisar algumas questões estruturais que têm consolidado essas instituições, como também evidenciar certos pormenores de sua trajetória que as distinguem entre si e de outros tipos de museu.

Como já foi explicitado anteriormente, este trabalho tem a preocupação, entre outros aspectos, de indicar os problemas de natureza museal que têm prejudicado a inserção das fontes arqueológicas no requintado e diversificado universo interpretativo da nação brasileira. Neste sentido, serão apontados, a seguir, alguns referenciais que têm caracterizado os museus de Arqueologia como um tipo particular no mundo e, em seguida, como tem sido a sua orientação no contexto brasileiro. Esta análise sobre a trajetória desses museus tem o objetivo de mapear os aspectos mais relevantes que os processos contemporâneos de musealização herdaram das experiências museológicas anteriores.

As coleções arqueológicas estão na gênese da história dos museus. Amparados em alguns séculos de investigação e interesse pelo passado, pelo exótico e pelo diferente, esses acervos foram constituídos, de uma certa forma, para diminuir a distância entre as sociedades que vivem em tempos distintos. Espelham, também, a colonização, o saque e a destruição de alguns povos por outros. Sobretudo, esses acervos, espalhados em museus de portes diferentes, podem sinalizar aspectos inerentes à longevidade e diversidade da herança patrimonial dos seres humanos.

Os séculos XVI e XVII registraram, com muita ênfase, a afirmação do colecionismo como um fenômeno resultante do interesse por uma cultura universal, humanística e científica, e também da estupefação com uma outra humanidade, que emergiu das viagens e descobertas, com traços físico-culturais estranhos ao universo medieval europeu.

Se as coleções estão na origem dos museus, cabe enfatizar que elas têm suas bases no mobiliário e oferendas dos templos; nos tesouros principescos; nos presentes, saques e despojos de guerra e conquistas e nas relíquias e objetos sagrados. Em qualquer

um desses segmentos é possível verificar a mesma atitude de identificação e retirada de objetos do uso cotidiano, para expô-los à contemplação dos deuses, dos mortos ou dos outros homens. Atitude, esta, comum às sociedades desde os princípios do processo de hominização.

No entender de Pomian (1984), este complexo universo das **coisas** e dos **semióforos**<sup>1</sup> que está nas entranhas das coleções e dos museus, significa o esforço dos homens para superarem a transitoriedade humana, na medida em que esses objetos permitem a relação do mundo visível com o invisível.

Os objetos arqueológicos desempenharam um papel relevante no universo acima referido, que deu um real significado às coleções do renascimento. O contato com a **obra antiga** é responsável pela abertura de novas possibilidades de apreciações culturais, de confrontos, interpretações e recriações da cultura clássica e uma maior dimensão temporal sobre a própria existência humana. Da mesma forma, o contato com objetos **estranhos** dos povos nativos da América e do Oriente contribuiu para que o europeu reorganizasse a sua visão de mundo, até então delimitada pelas muralhas medievais.

Nessa época as coleções passaram a representar, sobretudo, facetas do poder constituído e começaram a ser utilizadas como elementos de ostentação.

De acordo com Schaer (1993, p. 15 e 16)...“Les humanistes recherchent d’abord les vestiges de l’antiquité romaine. Objets d’un véritable culte, les traces matérielles laissées par la Rome classique prennent une immense valeur. On se soucie de leur conservation; les entreprises archéologiques se multiplient, fouilles ou

---

(1) Trata-se, de acordo com o autor, “de objetos que não têm utilidade, ... mas que representam o invisível e são dotados de um significado; não sendo manipulados, mas expostos ao olhar, não sofrem usura” (1984:71)

relevés topographiques, et, en 1462, le pape Pie II interdit la reutilisation, pour les constructions neuves, de matériaux tirés de monuments anciens, pratique jusque-là courante. Dans ce contexte, en même temps qu'ils étudient les manuscrits et redécouvrent les auteurs de la littérature latine, les érudits collectionnent ce qu'on appelle des "petites antiquités": inscriptions, objets usuels ou précieux, fragments de sculpture, et surtout médailles et pierres gravées. Ces objets sont considérés par les humanistes comme des illustrations originales des textes, ils donnent figure aux personnages, aux décours ou aux événements qu'évoquent les manuscrits".

O colecionismo se estendeu, a partir dessa época, pelos diversos e emergentes países europeus, configurando a existência de novos espaços consagrados à reunião de objetos de valor, a encontros sociais, a estudos, ao comércio de antigüidades, possibilitando a convivência entre as cortes principescas e as famílias burguesas em ascensão econômica.

É possível distinguir, neste misterioso e estimulante mundo do colecionismo, diversos e hierárquicos gêneros de colecionadores. Primeiro, pode-se destacar os "curiosos", identificados em especial no século XVI por aqueles que se interessavam por tudo, pelas coisas raras e insólitas. Em seguida, ainda a partir do mesmo período, apareceram os "amadores", que escolhiam e preservavam os objetos belos, sobretudo para seu prazer. Estes últimos configuraram, especialmente, o que pode ser chamado de uma sub-categoria de colecionador, que é o colecionador - amorador - mecenas.

Nas palavras de Benoist (1971, p. 8), "Le collectionneur proprement dit occupe un degré plus avancé parce que plus spécialisé et conséquent plus savant. C'est un mordru, un passionné qui veut tout réunir dans son domaine et surtout l'objet

introuvable qui couronnerait la série. Enfin si le collectionneur est en même temps un homme de goût, il devient un “connaisseur”, à la fois esthète et expert, capable d’en remonter aux compétences dans le champ de sa spécialité”.

É evidente que estas categorias distintas de envolvimento e difusão em relação ao colecionismo, às vezes, se sobrepuseram e ainda hoje podem ser percebidas entre aqueles que se dedicam a coletar/comprar, guardar/cuidar, organizar/estudar, expor/partilhar certas **coisas** e não **outras**, tanto públicas quanto privadas.

Esta maneira de ser e estar que define o colecionador e a coleção, também é percebida no âmago das relações que têm sido estabelecidas entre os profissionais de museus e, destes, com a sociedade a qual esta instituição se destina.

Certas atitudes sobreviveram ao cientificismo que marcou, posteriormente, no século XIX, a afirmação mundial dos museus. E não é difícil constatar que estão presentes, ainda, na contemporaneidade, mesmo considerando que estas instituições têm sido desafiadas, sistematicamente, por diferentes demandas sociais e impulsionadas pelas conquistas tecnológicas.

Os objetos arqueológicos foram valorizados no período renascentista, quando a arte, a história, a ciência e o estudo da natureza concentraram a atenção da elite política e econômica. Uma das expressões marcantes deste momento foi o surgimento das galerias de arte e dos gabinetes de curiosidades. “Sin duda, constituían el público comprador y coleccionista del Renacimiento, la nobleza y a la alta burguesia urbana, quienes - llevados tanto por su genuino interés como por el deseo de consolidar una posición social formaron colecciones cerradas para um grupo refinado y conoedor, integrante

de um círculo vedado ao resto da população” (HERREMAN, 1985 p. 483).

Esses espaços privilegiados de saber e poder, a princípio acumularam indiscriminadamente objetos curiosos, raros e belos, mas já em 1565 Samuel von Quiccheberg apresentou uma proposta de organização para o que considerou “o museu ideal”, dividida em três partes, a saber:

1) **Naturalia** - elementos da natureza - e **Artificialia** - produtos das obras do homem -; 2) **Antiquitas** e **História** - antiguidades clássicas - e 3) **Artes** (SCHREINNER, 1985).

É evidente que estas três divisões se confundem ou até se sobrepõem, mas é importante registrar que com elas teve início a organização interna das galerias e gabinetes. Posteriormente, esta organização se tornou cada vez mais complexa, determinando a orientação dos processos museológicos futuros.

Se as coleções de natureza arqueológica já faziam parte dos gabinetes de curiosidades, antiquários e galerias desde o século XVI, o processo de colonização que a Europa implantou em diversos continentes, bem como as conquistas napoleônicas, foram responsáveis pelo acúmulo desse segmento patrimonial em algumas instituições e/ou coleções privadas.

Neste âmbito, destacaram-se as coleções de Conrad Gesner e Félix Platter, que deram origem ao Museu de História Natural da Basileia; as de Cesalpini, Cospi, Aldrovandi, Ferrante e Marsigli em Bolonha; as dos Medici em Florença; as de Ludovico e Manfredo Settala reunidas em Milão; as do padre Kirchner que se transformou no Museu Kircheriano que ainda existe em Roma. (ALEXANDER, 1979; BENOIST, 1971; PENNDORF, 1987; SCHAER, 1993).

Merecem destaque, também, as coleções das grandes famílias de outros pequenos principados como os Doria em Gênova, os Este em Ferrara, os Borghese em Roma. Em Veneza, o cardeal Domenico Grimani legou, em 1523, uma importante coleção arqueológica à República (BENOIST, op. cit.).

Desta forma e seguindo o mesmo ideário que concentrou nas coleções uma série de características que as transformaram em símbolo de prestígio, inúmeras famílias principescas e burguesas iniciaram a organização de seus objetos, destacaram ilustres artistas ou estudiosos para conservá-los, e deram início à promoção de exposições para um restrito público, constituído pelos poderosos da Igreja e do Estado.

O gosto pelo colecionismo difundiu-se, também, entre outros tipos de colecionadores ... “médecins, avocats ou magistrats, comme le bordelais Pierre Trichet, les avocats au parlement d’Aix qui sont Borilly, Rascas de Bagarris et le célèbre Fabri de Peiresc, ou comme Pierre Borel, le médecin de Castres. A côté de souverains brillants, de princes philosophes ou des savants érudits, se détache la figure de “l’amateur”: Ferdinando Cospi, grand collectionneur de Bologne, présente sa collection comme “un passe-temps de jeunesse” (SCHAER, op. cit., p. 27).

Foi marcante a influência religiosa no perfil das coleções que se estabeleceram a partir do século XVII. Por um lado, católicos submeteram-se ao controle papal que ditava, inclusive, a orientação da produção artística e do próprio mercado de antiguidades. Por outro lado, os protestantes se orientaram pela liberdade individual do artista e do consumidor. Estas características foram determinantes, por exemplo, para o crescimento das coleções holandesas e configuraram o perfil das coleções dos países católicos que se viram impedidos de receber certas obras protestantes. A influência das

Igrejas deveu-se, sobretudo, em função de suas ações relacionadas ao poder estatal.

Assim, e de forma irreversível, é rompida a unidade que amparou o período medieval. De um lado, difundiu-se o humanismo renascentista nos países do centro oeste europeu, de outro lado, o protestantismo nos países nórdicos adiou a influência da cultura latina. “Neste sentido, pode-se afirmar que a Renascença alemã coincide com o último dos classicismos, justamente depois de ter sido superado, por iniciativa de homens como Kant e Goethe, o isolamento da cultura alemã em face da latina. É precisamente a índole anti-humanista da Reforma protestante que, pela fixação no irracional e no exclusivismo do mundo sobrenatural, deixa explicar essa tardança” (BORNHEIM, 1975, p. 7).

Deve-se ressaltar, entretanto, que esta tardia aproximação com a Antigüidade, no caso alemão, referiu-se a um novo olhar e uma nova interpretação em relação à cultura grega. Esse aspecto acentua ainda mais as diferenças entre as coleções que foram constituídas nas diferentes regiões européias, uma vez que até então a grande influência vinha de Roma e não de Atenas.

Nos últimos anos, diversos autores têm contribuído para a reconstituição da história do colecionismo e dos museus, elaborando importantes obras que têm servido de referência para aqueles que se interessam pelo tema.

Merecem destaque as contribuições de Germain Bazin (Les Temps des Musées, 1968), Luc Benoist (Musées et Museologie, 1971), Kenneth Hudson (A Social History of Museums: What the Visitors Thought, 1975), Edward P. Alexander (Museums in Motion, 1979) e Krzysztof Pomian (Collectionneurs, Amateurs et Curieux, Paris-Venise : XVI<sup>e</sup> –XVIII<sup>e</sup> siècle, 1987), uma vez que não só pontuam historicamente o surgimento das coleções, mas as relacionam

com os museus, nos diferentes continentes e ao longo dos últimos seis séculos.

A partir dessas obras, entre outras, é possível perceber que o colecionismo e todos os seus derivados sócio-culturais, pertencem intrinsecamente às estruturas de longa duração, no que diz respeito à história das idéias e mentalidades dos homens desde o Renascimento.

Neste sentido, deve ser enfatizado que a coleção e por consequência o colecionismo, ao longo do tempo, demonstraram sempre duas faces ligadas aos homens e às sociedades. Por um lado, a guarda, a valorização, a apropriação desenfreada dos objetos têm demonstrado a necessidade dos homens de transporem a sua própria finitude e, portanto, expõem a vulnerabilidade humana frente ao desconhecido, ao passado e ao inatingível. Por outro lado, esses mesmos objetos e coleções podem ser interpretados como fortes elementos de ostentação, de poder, de traição, de roubo, entre tantos outros aspectos que sempre evidenciaram a necessidade dos homens e das sociedades de demonstrarem a sua onipotência.

Segundo Aurora León (1984, p. 48), o fenômeno do colecionismo trouxe alguns valores culturais que não podem ser negligenciados... “En primer lugar, el coleccionismo afirma un mundo de preferencias ideológicas al definirse como defensor activo de la posesión única, no compartida... En segundo lugar, el coleccionismo incide en la función ideológica de la cultura. La clientela de arte representa a una clase determinada que dirige, controla e instrumentaliza los objetos de cultura en función de sus intereses y objetivos... En tercer lugar, el coleccionismo tiene un valor formativo - consolidante sobre el arte, la crítica y el gusto”.

A partir do que foi exposto anteriormente, é possível afirmar que, do ponto de vista da história das idéias e mentalidades, a

grande e mais forte herança que o colecionismo gerou está relacionada ao conceito de posse. A posse material e espiritual, o domínio não só das **coisas**, mas o poder de transformá-las em símbolos. Um poder pouco partilhado e que quando o era, tinha a real função de demonstrar ostentação.

Esta é a mentalidade que amparou o surgimento dos grandes e enciclopédicos museus a partir do final do século XVII.

Apesar desta mentalidade estar enraizada nessas instituições - o que ainda pode ser constatado - é possível identificar diferentes esforços para possibilitar a apropriação mais ampla dos objetos e coleções.

As publicações de folhetos e catálogos, a organização tipológica dos objetos, as preocupações com o estado de conservação dos espécimes da natureza, entre outros fatores, são responsáveis pela estruturação dos museus, no período já mencionado e representaram o início da abertura para o público.

Até esse momento, as coleções arqueológicas estavam inseridas no conjunto dos objetos de Arte, ou faziam parte dos acervos de História Natural. Embora ainda sem perfil definido, as “antigüidades” sempre representaram um papel relevante no âmbito do colecionismo e continuaram com espaço destacado na gênese dos grandes museus europeus.

Ao mesmo tempo em que, a partir do século XVII, o colecionismo voltou-se para a produção artística contemporânea, dando margens ao surgimento e proliferação dos “estúdios”, como também à valorização exacerbada dos artistas, algumas coleções transformaram-se no embrião dos futuros grandes museus enciclopédicos.

No que diz respeito às coleções arqueológicas, merece destaque o surgimento do Museum Ashmoleanum, na Inglaterra. Com

sua origem nas coleções de instrumentos científicos, objetos de Arqueologia e elementos de História Natural, de propriedade da família Trasdescant, este museu é criado em 1683 a partir da doação que Elias Ashmole - então proprietário da coleção - fez à Universidade de Oxford.

Deve ser assinalado, também, que a abertura desse museu em uma universidade indicou o prenúncio de duas características decisivas para a história destas instituições: museu como local público e museu como local de aprendizagem.

Diversos autores (BAZIN, 1967; HUDSON, 1975; ALEXANDER, 1979; LEÓN, 1984; HERREMAN, 1985; GUARNIERI, 1989; SCHAEER, 1993, entre muitos outros) analisam e esclarecem aspectos definidores da importância dos museus que surgiram entre o final do séc. XVII e início do séc. XVIII, em relação à configuração deste modelo institucional que ficou para sempre vocacionado para guardar objetos, estudá-los e divulgá-los.

Dessa forma, pode-se destacar a criação por decreto parlamentar, em 1753, do British Museum, integrado a uma biblioteca nacional e a um museu de Antigüidades, História Natural e Etnografia. Este museu foi constituído a partir das coleções do médico naturalista e humanista Hans Sloane, que dedicou parte de sua vida ao estudo e catalogação dos objetos.

Em seguida, em 1760, Guilherme IV abriu ao público a Galeria de Kassel; Frederico Guilherme III fez pública sua coleção que mais tarde foi unificada a outras coleções provenientes de diferentes palácios, dando origem ao Kunsthistorisches Museum de Berlim.

Segundo León (op. cit., p. 52 e 53), ... “Los museos italianos deben su apertura al público a motivos específicos. En los del Vaticano la iniciativa se debe a sucessivos Papas, quienes según sus

inclinaciones artísticas los fueron dotando con obras e incrementando el tesoro con el constante enriquecimiento de las excavaciones romanas. Bajo el impulso de los Papas en los siglos XVIII y XIX se fundam el Museu Sagrado, el Pio Clementino, la Biblioteca Vaticana, el Museo Egipcio, el Etrusco, la Pinacoteca Vaticana, los apartamentos Borgia... las colecciones de los Medici (Museu de los Uffizzi en Florencia) y los respectivos museos florentinos, aunque la colección Medici estaba en el siglo XIX tan acrescentada que se considero necessário proceder a una reorganización en la que se distribuyeron las esculturas del Renacimiento y las artes menores al Museo Arqueológico florentino, y la orfebrería y joyas al Museo de Orfebrería del palacio Pitti, permaneciendo en los Uffizzi una de las colecciones de pintura más significativas del mundo. Así es como las obras de arte quedan descontextualizadas al ser esparcidas por varios museos, perdiendo su antiguo carácter de colección”.

Essas afirmações de León acrescentam um outro aspecto relevante ao surgimento dos grandes museus. Ao lado das questões já mencionadas, referentes ao colecionismo, a criação dos citados museus significou não só mais um passo, embora tímido, em direção à apropriação coletiva desses bens patrimoniais, mas algumas vezes representou o desmembramento das antigas coleções em função de uma nova ordem, oriunda de novos interesses artísticos e científicos. Esta também tem sido uma constante na história dos museus, ou seja: a decomposição das coleções e a constituição de novos agrupamentos.

Merece menção, ainda como exemplo desse período, a criação do Museum d’Historie Naturelle de Paris, em 1745, que teve sua origem vinculada ao gabinete do famoso “Jardin des Plantes” dos reis, onde as coleções foram divididas pelas respectivas áreas de interesse científico, tais como, mineralogia, botânica, zoologia. De

acordo com Daubenton, seu organizador ... “l’ordre méthodique qui dans ce genre d’étude plaêt si fort à l’esprit, n’est presque jamais celui qui est le plus agréable aux yeux” (SCHAER, op. cit., p. 40).

Ao mesmo tempo em que os estudiosos se preocuparam em ordenar, classificar e colocar a natureza em um sistema, ampliando o interesse e a acessibilidade destas coleções, os objetos artísticos e as antigüidades mereceram também atenção especial.

Tanto as coleções de cunho “científico”, quanto as de caráter “artístico” passaram a ser utilizadas como suportes de demonstração e de ilustração para aulas e estudo.

O surgimento de sociedades específicas com finalidades científicas ou de apreciação estética foram incentivadas e desdobraram-se por toda a Europa. Invariavelmente foram sediadas nos museus, proporcionando-lhes maiores possibilidades de inserção social.

Na segunda metade do século XVIII, sucessivas adaptações propiciaram aos palácios franceses Louvre, Versailles e Luxembourg, as condições adequadas para a apresentação de obras de arte e antigüidades. Deve-se destacar, como aponta a bibliografia, os cuidados com a iluminação, segurança e organização espacial das galerias, que já faziam parte das preocupações da época.

É impossível não destacar o papel desempenhado por Bonaparte no que diz respeito à transferência, em larga escala, de inúmeros objetos, monumentos e coleções inteiras para a França. Conforme as palavras de Schaer (op. cit., p. 69) ... “le 2 mars 1796, Bonaparte est nommé général en chef de l’armée d’Italie. Um mois plus tard, les troupes sont en campagne de l’autre côté des Alpes. Parmi les enjeux dont on rêve à Paris, il y a ces oeuvres canoniques entre toutes, les sculptures antiques et les peintures de la Renaissance.

Dès le début mai, Bonaparte écrit à Paris pour qu'on lui envoie "trois ou quatre artistes connus pour choisir ce qu'il convient de prendre". Le Directoire nomme une commission chargée de "faire passer en France tous les monuments des sciences et des arts qu'ils croiront dignes d'être dans nos musées et nos bibliothèques; on y trouve le mathématicien Monge, le chimiste Berthollet, les naturalistes Thouin et la Billardière, le peintre Berthélémy et le sculpteur Moitte".

Os trabalhos de escolha, coleta e traslado que eram realizados sistematicamente, faziam parte dos tratados de armistício e a entrada em Paris era sempre motivo de grandes festas e desfiles públicos.

Esse processo que envolveu o controverso perfil do império napoleônico, resultou em um acréscimo expressivo das coleções já suntuosas do Musée du Louvre, mas é significativo registrar que, ainda como desdobramento deste período, diversos museus foram criados ou revitalizados sob as ordens de Bonaparte, a partir de uma certa divisão das obras saqueadas. Pode-se afirmar que a França começou a implantar um sistema de museus coordenado por meio das deliberações centralizadas em Paris. Esta foi uma característica marcante para o desenvolvimento e implementação das instituições museológicas que este país legou para o universo da Museologia (WESCHER, 1976).

A bibliografia registra que essas operações de **transferências patrimoniais** foram monumentais, revestidas de toda pompa e marcadas pelo apoio e conivência dos estudiosos, ...além dos militares. Afirma, ainda, que esse duvidoso processo de apropriação teve sua base consolidada no ideário revolucionário que se instaurou na França, após a Revolução Francesa. Os movimentos revolucionários elaboraram um discurso no sentido de justificar esta

pilhagem, explicitando que as grandes obras da humanidade tinham que ser guardadas e apreciadas nos territórios livres.

Até os dias de hoje, poucas vozes se rebelaram em repúdio a essas transferências de fragmentos da vivência de sociedades do passado, para locais de concentração do poder. Ao contrário, esta será uma sedimentada característica que está na base das mais importantes instituições museológicas do mundo.

Entretanto, sabe-se das discordâncias do arqueólogo e historiador Quatremère de Quincy, em relação ao que chamou de “espírito de conquista”. Em sua obra “Lettres à Miranda”, escrita à época, ele denunciou esta atitude e afirmou que ela era totalmente contra o espírito de liberdade vigente. “Il y mettait en question ces musées pour lesquels on arrache les oeuvres à leur contexte, on isole de fragments de la vie artistique d’un peuple, d’une époque, d’un lieu” (SCHAER, op. cit., p. 71).

Apesar da relevância e do ineditismo da crítica, considerando que foi elaborada no século XVIII, deve-se reconhecer que este pensamento ficou isolado e inaudível até metade deste século.

Os apelos ao acúmulo, à raridade, à conquista, à espoliação, foram muito mais fortes e determinantes na história dos museus nos últimos dois séculos, do que a compreensão de que a significância dos objetos está intimamente ligada ao seu espaço e universo de significação.

Os museus precisaram receber violentas críticas e serem vinculados ao **mundo das coisas velhas e sem vida**, para darem início a uma reflexão sobre a sua natureza, repensarem a sua estrutura e redefinirem as suas formas de apropriação e devolução dos diferentes segmentos patrimoniais.

Entretanto, um olhar mais atento sobre os museus franceses, do início do século XIX, evidencia algumas características

que contribuíram, também, para a forma e função dessas instituições até os dias de hoje. Reconhecidos como centros de estudo e ensino, os museus também ficaram marcados, não só pelas inúmeras e sucessivas conquistas no que diz respeito à identificação, classificação e catalogação dos itens de seus acervos, mas também como instituições preocupadas com a conservação, segurança e melhor apresentação de suas coleções.

Assim, o século XIX teve início com os museus dispersos por toda a Europa, consolidados por grandiosas coleções e mergulhados em preocupações estéticas e científicas.

O processo de colonização, em seu auge nesse período, contribuiu para o crescimento dessas instituições, na medida em que houve uma intensificação das viagens de estudo para as colônias e conseqüentemente, o aumento das coleções recolhidas nas diversas partes do mundo e concentradas nos museus europeus. Assim sendo, foram viabilizados os estudos de Arqueologia, Etnologia e dos diversos ramos da História Natural. Estes, por sua vez, inspiraram a criação de novas instituições voltadas para estas áreas de conhecimento.

Em um primeiro momento, em muitos casos, essas coleções estavam vinculadas aos museus de História Natural, mas o desenvolvimento da Antropologia impulsionou a separação destes acervos. Em um segundo momento, a realização das Exposições Universais (COLLET, 1987) contribuiu para o questionamento sobre as formas de apresentação desses museus e desta maneira levou a museografia de suas exposições a novos horizontes. Portanto, esses museus começaram a ser alterados quanto à forma e conteúdo.

A chamada “idade de ouro” (ALEXANDER, 1979) da história dos museus - séc. XIX, foi marcada, sobretudo na Europa, pelo crescimento de museus dessa natureza, que apresentaram os

faustos dos impérios coloniais. Pode-se destacar a criação do Museum of Ethnology de Leiden (1837), Holanda; dos museus de Leipzig, Munique e Berlim, na Alemanha e, sobretudo, do Musée d' Ethnographie du Trocadéro de Paris, França (1884).

Nesses museus foi marcante a apresentação dos objetos, classificados especialmente por tipos, procurando demonstrar o desenvolvimento linear da humanidade e os progressos realizados pela espécie humana.

A importância das ciências, o apoio intensivo às pesquisas arqueológicas, a constituição da Antropologia Física e da Arqueologia Pré-Histórica em disciplinas, a organização de sociedades científicas específicas e de congressos internacionais, marcaram - a partir da segunda metade do século XIX - uma ruptura, que proporcionou aos museus de Arqueologia um caminho próprio no universo museológico.

Ao mesmo tempo em que os já mencionados grandes e enciclopédicos museus continuaram se reorganizando e criando novos departamentos em função das conquistas científicas e dos desdobramentos dos ramos do saber, as descobertas de Boucher de Perthes e de Lubbock, vinculadas ao estabelecimento de uma cronologia para a pré-história, impulsionaram o surgimento de outras formas institucionais relacionadas à Arqueologia. Data desse período o surgimento de museus ligados à pré-história regional e/ou nacionais tais como: National Museet em Copenhague, Dinamarca (1807), Museum für vor - und Frühgeschichte em Berlim, Alemanha (1829), Pitt Rivers Collection, Oxford, Inglaterra (1851), Musée des Antiquités Nationales em Saint-Germain en Laye, França (1862), Nordisk Museet, Estocolmo, Suécia (1873), no que diz respeito aos nacionais "...À côté de ces grands établissements, tout au long des dernières décennies du XIX<sup>e</sup> siècle, se multiplient des musées

archéologiques locaux en Angleterre et en France, les Heimat Museen en Allemagne et en Autriche, et les Musei di Storia en Italie, qui très souvent, comportent des collections préhistorique ou, comme on le disait à l'époque, "palethnologiques"(POMIAN, op. cit., p. 66).

Em Portugal, por exemplo, neste mesmo período e como resultado do apoio às pesquisas arqueológicas, surgiram inúmeros museus regionais onde as coleções desta natureza estavam presentes em quase sua totalidade. Apareceram, também, sociedades científicas locais seguindo o exemplo da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Foi proposta a criação de museus arqueológicos nas capitais dos distritos que eram supervisionados por uma associação científica local, ... "Na realidade, em alguns casos elas (instituições) não justificariam a criação de museus regionais ou locais. Gabriel Pereira parece ter solucionado esta questão ao propor em 1877, a criação de museus desta amplitude com o objetivo de mostrarem as belezas locais, raridades e industriais, aos visitantes interessados pondo deste modo, de parte, a criação de museus locais dedicados exclusivamente à arqueologia" (MOREIRA, 1989, p. 56).

Nos Estados Unidos, o mecenato privado incentivou a pesquisa e a divulgação científica, registrando-se como marco deste momento a criação da instituição Smithsonian, em Washington, através da doação do inglês James Smithson. Tendo seu início marcado pelas coleções e pesquisas voltadas à História Natural, a partir de 1879, de acordo com as idéias de Spencer Fullerton Baird - responsável pela instituição -... "a museum of research to further scientific inquiry and an educational museum to illustrate every kind of material object and every manifestation of human, thought and activity" (ALEXANDER, op. cit., p. 52).

É preciso destacar, dentro deste contexto, a criação do Field Museum of Natural History, em Chicago (1893), e sobretudo do

American Museum of Natural History, que foi impulsionado a partir do espírito determinante do naturalista Albert S. Bickmore, em Nova York (1869). Este considerou que uma grande cidade como Nova York deveria ter um grande museu e, para tanto, procurou o apoio dos importantes magnatas como Willian E. Dodge, Theodore Rosevelt (pai), Benjamin A. Field, Robert Colgate e J.P. Morgan.

Da mesma forma, o apoio financeiro de George Peabody foi fundamental para a estruturação do museu da Universidade de Harvard (1866). Nas palavras de Hinsley (1985, p. 51), “The Peabody Museum emerged during the transition between the two views, and its first decades reflected the difficulties of institutional and conceptual reorientation. Founded in the shadow of Agassiz’s powerful intelectual, social and financial presence in the Boston community, it was caught in the midst, of heated local debates over Darwinian evolution. And it faced a strong predisposition in established Boston circles against the worthiness of “primitive” peoples and their artifacts for the moral education of civilized nations. The outcome of such conditions was to give the Museum a marked disadvantage in raising funds and to place its officers in the position of brokering between patrons and fieldworkers, addressing different audiences in distinct voices”.

Os diferentes pontos de vista sobre fenômenos estudados pelas ciências e pelas artes causaram, sistematicamente, ao longo da história dos museus, antagonismos entre as instituições e seus respectivos financiadores, e têm sido responsáveis por polêmicas e rivalidades entre profissionais.

As antigas disputas pelas melhores e mais raras peças ou espécimes da natureza, comum entre colecionadores dos séculos XVI, XVII e XVIII, a partir do século XIX foram acrescidas de

disputas relacionadas às conquistas sobre a produção do conhecimento nas mais diferentes áreas.

Com uma outra face é possível identificar as mesmas atitudes vinculadas à posse das **coisas** e do **saber sobre as coisas**.

Essas divergências têm sido comuns até os dias de hoje. As instituições museológicas raramente atuam em conjunto e sinalizam suas divergências teórico-metodológicas por meio das publicações ou em encontros científicos. Entretanto, as qualidades e a quantidade das coleções ainda são atributos indicativos de valor e, portanto, alvos de disputa entre museus.

Nesse panorama, outra referência singular diz respeito à implantação do museu da Universidade da Philadelphia que, logo após a sua criação em 1889, empreendeu inúmeras e vultuosas expedições científicas. Desta forma, em algumas décadas, esta instituição conseguiu concentrar coleções arqueológicas significativas da Mesopotâmia, Egito, Mediterrâneo, China, África, Oceania, Austrália, e das três Américas.

Cabe ressaltar um movimento paralelo à criação de instituições de caráter eminentemente científico. Trata-se do surgimento do Metropolitan Museum de Nova York e do Fine Arts Museum de Boston, que despontaram como grandes instituições museológicas, apoiadas em um acervo significativo, à semelhança das instituições européias já mencionadas. Assim, transformaram-se em importantes centros de estudos sobre a Antigüidade.

A análise da inserção da Arqueologia nessas instituições norte-americanas, revela grande semelhança com o modelo museológico já delineado, nesta mesma época, nos países da Europa.

Entretanto, os museus dos Estados Unidos foram criados mais de duzentos anos depois de seus congêneres europeus e,

com isso, suas estruturas foram apoiadas em sólidas bases profissionais, além do marcante suporte financeiro que definiu o seu perfil privado.

Outro aspecto revelador, da eficiência das citadas instituições, está relacionado às suas vinculações com universidades, o que as tornaram excelentes centros de pesquisa, mas com acentuada vocação educacional.

A partir da segunda metade do século XIX, esses museus norte-americanos assumiram um papel de relevância no cenário científico internacional. Apoiados em sólidas bases financeiras, puderam dinamizar as publicações, os encontros científicos, as exposições e, sobretudo, as viagens científicas por diversos continentes.

Assim, seus acervos cresceram rapidamente com coleções do próprio país, da África, da Austrália e de outras regiões do Continente Americano.

De acordo com Margaret Lopes (1993, p. 244) “...O movimento de museus definidos por Coleman e retomado por outros estudiosos de museus, com diferentes ênfases locais e marcos temporais, caracterizou-se pelo estabelecimento de ampla rede de intercâmbio, que pôs em contato de diferentes modos e em diferentes circunstâncias, os museus que foram se criando por todos os continentes... Barther, curador do Museu Britânico e diretor da Museums Association visitou em 1893, vários Museus que eram bastante ativos nas colônias inglesas. Entre eles visitou os Museus da Austrália e Nova Zelândia, o South African Museum, na Cidade do Cabo, o Museu Nacional da Tasmânia, em Hobart e o Museu de Hong Kong”.

Antes do final do século, diversos países das Américas Central e do Sul criaram seus museus de História Natural,

incluindo quase sempre as coleções arqueológicas. Foi o caso do Uruguai, Peru, Colômbia, Argentina, Costa Rica, Venezuela, Chile, Bolívia e Brasil.

A bibliografia especializada sobre a história dos museus ainda não dedicou muitos títulos à análise da inserção da arqueologia nestas instituições. Entretanto, é possível identificar que as primeiras coleções de antiguidades foram, mais tarde, contribuir para o crescimento e proliferação dos museus de Arte. Enquanto que as coleções arqueológicas relacionadas a períodos mais recuados, foram integradas aos museus de História Natural ou aos Museus de Antropologia.

No entender de Pomian (op. cit.) os museus de Arqueologia diferem uns dos outros pela localização, arquitetura, organização interna e conteúdo, mas, de uma maneira geral, é possível apontar que a história do colecionismo, da pesquisa e da instituição museológica legou para a contemporaneidade dois processos independentes. Estes processos museais oferecem, na verdade, diferentes visões sobre a história cultural. Em alguns casos são complementares, em outros antagônicos, mas também demonstram as distintas formas de produção de conhecimento que envolve a Arqueologia e, sobretudo, as diferentes possibilidades de apropriação do conhecimento arqueológico produzido em museus. O autor mencionado indica e justifica a existência dos **museus arqueológico-artísticos** e os **museus arqueológico-tecnológicos**.

Em sua reflexão, voltada, especialmente, para o momento da extroversão institucional (exposição), esta diferença não se configura apenas em aspectos museográficos (embora relevantes para esta análise), mas diz respeito a períodos distintos da História das sociedades, e de suas diferentes formas de relacionamento com o passado.

Os museus “arqueológico-artísticos” são aqueles que expõem obras de arte e objetos preciosos que se impõem pela sua grandiosidade e, portanto, são apresentados isoladamente sem as respectivas referências de contexto. Objetos estes que, desde sua origem, foram criados como semióforos (estátuas, afrescos, relíquias etc.). Já os museus “arqueológicos-tecnológicos” preservam objetos que, antes de se transformarem em vestígios, foram resíduos (restos) de atividades humanas e sua inserção no universo do colecionismo e posteriormente dos museus traz uma nova realidade à questão museológica, ou seja: o tratamento museográfico de objetos despossuídos *a priori* de atributos estéticos.

Se o museu artístico floresceu em função da preservação e divulgação dos então considerados grandes momentos civilizatórios, marcados, por exemplo, pelos processos culturais egípcios, gregos e romanos; os tecnológicos mostram um recuado passado pré-histórico, norteado por objetos com formas e funções consideradas obsoletas no presente...“Seuls ces derniers, en effet, abritent à la fois des artefacts et des corps: des squelettes et des crânes humains, des vestiges d’animaux et de plantes, des spécimens de sols, de cendres, de tourbes. Le musée archéologique - technologique - et c’est là un de ses caractères distinctifs rejette ainsi la coupure entre la nature et la culture... À cet égard, il est plus proche d’un musée anthropologique ou ethnographique que d’un musée des beaux-arts, d’un côté, et, de l’autre, d’un musée d’histoire naturelle” (POMIAN, op. cit., p. 59).

Portanto, os museus arqueológicos vinculados à preservação do passado pré-histórico identificados como tecnológicos, inauguraram um novo **tipo** de instituição, ou em certos casos impuseram a constituição de outros departamentos dentro dos já consagrados museus. Esta foi, portanto, uma divisão tipológica no

âmbito da Arqueologia, que conduziu estes museus por diferentes e, às vezes, inconciliáveis caminhos. Estudar, preservar e comunicar coleções referentes à Antigüidade, obrigou as instituições e seus profissionais a procurarem parceria entre os historiadores, filósofos e filólogos; enquanto que as instituições que tratavam dos períodos paleolítico e neolítico (ou períodos paleoíndio, arcaico e formativo) buscaram conforto intelectual entre etnólogos, geólogos, geógrafos, biólogos (ou seja, naturalistas).

Este século começou encontrando os museus dispersos em todos os continentes, solidificados na idéia institucional de guarda e estudo de coleções ecléticas, provenientes, quase sempre, de distantes localidades. Instaladas em construções grandiosas e adaptadas (palácios, templos, castelos), consagradas como espaços do saber e do conhecimento, e apoiadas nas idéias do positivismo e do evolucionismo, estas instituições foram alcançadas pelos impactos sociais da industrialização e pelos movimentos nacionalistas dos países colonizados.

É possível afirmar que, os processos museológicos, perceptíveis desde as primeiras décadas, têm caminhado no sentido de desconstruir as relações existentes, até então, no que diz respeito à coleta, estudo e guarda dos objetos patrimoniais. Esta desconstrução pretendida e ainda em marcha, tem sido responsável pela implementação de novos segmentos no processo acima indicado, ou seja: a configuração de discursos expositivos e o incentivo à ação educativa para o público infanto-juvenil.

Neste sentido, essas instituições deram início à construção de um novo perfil museal para o tratamento da herança patrimonial. Sem abandonarem as responsabilidades de estudo e produção de conhecimento, assumiram - paulatinamente - as funções de canal de comunicação e agência educacional.

É evidente que essas novas funções têm sido assumidas às custas de um grande confronto com as tradições e mentalidades, consagradas neste fechado circuito dos museus. Assim, muitas instituições têm sido desmembradas, outras constituídas a partir de novos parâmetros e, mais ainda, certos processos têm início, levando os acervos porta afora dos museus e trazendo, para dentro, outras categorias de objetos até então não musealizados.

Esses movimentos, embora com tempos diferentes, têm ressonâncias em diversas partes do mundo e têm impulsionado a configuração de novas **formas institucionais e metodologias alternativas** para as antigas funções dos museus.

Este tema será tratado em outra parte deste trabalho, como também, os modelos propostos de musealização da Arqueologia refletirão essas preocupações.

Neste sentido, cabe frisar alguns aspectos fundamentais da inserção da Arqueologia no contexto museológico das últimas décadas.

Seria impossível, neste trabalho, traçar um histórico minucioso de todos os museus que têm atuado no campo da Arqueologia, pois corresponderia à abordagem de características de um cenário de escala mundial.

Assim sendo, foi necessário privilegiar algumas facetas e desdobrá-las a partir da análise de experiências museológicas merecedoras de destaque.

Entretanto, é importante salientar que as mudanças que ocorreram até o início deste século conduziram os museus a alguns caminhos sem volta, ou seja:

- 1) estabelecer critérios de guarda e controle para o volume, às vezes inacreditável, de objetos que

creceu de forma irreversível dentro das instituições.

- 2) encontrar a maneira adequada para o diálogo com as distintas camadas da sociedade que, por sua vez, vêm impondo demandas diferentes às instituições.
- 3) delimitar o seu perfil de organismo preservacionista, científico e educativo, capaz de exercer uma específica função social.

Essas mudanças têm influenciado os museus em muitos sentidos, desde à arquitetura de suas instalações, até à configuração de um novo perfil de ação sócio-cultural, passando por problemas vinculados à busca de outros parâmetros patrimoniais que substituíssem as coleções.

É possível afirmar que durante este período os profissionais de museus procuraram, na verdade, **desconstruir** os alicerces até então consagrados, isto é: abandonar (mesmo que lentamente) o conceito de coleção, romper com as barreiras impostas pela consagrada arquitetura museológica e procurar dialogar com as distintas camadas da sociedade. Assim sendo, proliferaram os trabalhos extra-muros, as ações educativas, os projetos comunitários, as experimentações com objetos do cotidiano, entre outros. Da mesma forma e com muita ênfase, surgiram novos parceiros para as instituições museológicas e, portanto, novos problemas. Para os museus não tem sido um período tranqüilo, mas sim uma sucessão de momentos de convulsão. Confrontar-se com escolas e com o ensino formal, submeter-se às regras e impactos da comunicação de massa e ser colocado em segundo plano em relação a centros culturais, memoriais e casas de cultura, têm imposto o desenho de um novo contorno para a inserção social do museu, de difícil assimilação para seus profissionais.

Entretanto, é possível afirmar que este sinuoso e conflitante caminho tem conduzido os museus ao encontro com a sociedade presente, a partir de dois elementos básicos que, ao mesmo tempo, são definidores deste novo perfil institucional. Trata-se, sem dúvida, do seu compromisso com a comunicação da herança patrimonial que tem sido preservada; como também, da necessidade da visão processual e multidisciplinar para a implementação de programas de trabalho.

Desta forma, foram selecionados alguns exemplos, que serão comentados a seguir, por serem paradigmáticos no que diz respeito ao tratamento e extroversão da Arqueologia.

Neste mesmo período, as instituições museológicas brasileiras vêm se afirmando, permeadas pela nossa realidade sócio-cultural e patrimonial, e estimuladas por idéias e experiências do exterior. Esta análise será apresentada a seguir, no desdobramento deste capítulo.

Assim, as mudanças que começaram a ser constatadas nas exposições correspondem ao desenvolvimento das pesquisas arqueológicas, que se espalharam pelos diversos continentes, evidenciando os vestígios dos grupos humanos, física e culturalmente diferentes da sociedade fruidora deste processo de comunicação que, no início do século, estava adentrando no auge da industrialização e consolidando-se em diferentes e impenetráveis camadas sociais. Ao mesmo tempo, os museus lançaram os seus sustentáculos na área educacional, passando a dar importância à vulgarização científica. Desta forma, inicialmente, as exposições foram consideradas como instrumentos de informação e educação e, gradativamente, as instituições foram organizando setores para atendimento especializado do público infanto-juvenil.

Jacknis (1985) analisa as discussões e as experimentações realizadas por Otis Mason e Franz Boas, no âmbito do American Museum of Natural History (Nova York - Estados Unidos). Enquanto o primeiro impôs apresentações evolucionistas e tipológicas, o segundo deu início à contextualização da vida em grupo. Boas, durante o período que esteve à frente do Departamento de Antropologia, daquela instituição, conseguiu apoio financeiro da iniciativa privada, garantindo a realização de grandes expedições científicas que terminavam sempre com montagens de exposições. Apesar da discordância sistemática da administração do museu, este antropólogo inovou consideravelmente os discursos expositivos. Chegou, inclusive, a instituir uma tipologia hierárquica em relação às exposições, apresentada a seguir: - exposições para:

- . entretenimento (mostras claras para serem apenas observadas e percebidas).
- . instrução (objetos apoiados em informações escritas, quadros sinóticos, mapas, etc).
- . pesquisa (mostras tipológicas para estudos)

Inovou, também, na apresentação museográfica, introduzindo cenários, manequins, desenhos, fotos, entre outros elementos. Desta forma, adentrou por um caminho estimulante para as exposições, mas que ainda hoje encontra dificuldades para a delimitação de seu perfil, ou seja: a transferência da atenção do artefato para o contexto cultural, abriu o espaço museal para a introdução de tantas possibilidades de linguagens de apoio, que o objeto (unidade de uma coleção) foi ficando em segundo plano.

Esta **conquista** comunicacional marcou, de forma indelével, a história das exposições de Arqueologia. Aquelas que contaram com a parceria da Etnologia, em especial, foram lentamente estruturando um universo próprio de potencialidades de apresentação.

Retomando as idéias de Pomiam (op. cit., p. 66 e 67), deve ser salientado que os ...“objets d'étude et reliques, les artefacts préhistoriques ont acquis à ce double titre une valeur à la fois cognitive et sentimentale - et par conséquent aussi marchande. Autant dire qu'ils sont devenus dignes d'être recherchés, protégés, exposés et admirés. Cette tâche a été assignée à de nouveaux musées, archéologiques ou à d'anciens musées d'antiquités nationales réaménagés. Issus les uns et les autres d'une rencontre du patriotisme et de la science, ils ont élevé les vestiges de la culture matérielle à un rang comparable à celui de l'art”.

Portanto, as influências foram recíprocas entre os dois tipos de museus arqueológicos apontados pelo autor acima referido. Enquanto que os métodos de pesquisa aplicados para o estudo do período pré-histórico influenciaram os estudiosos da Arqueologia Clássica, impulsionando-os para um olhar mais atento sobre o cotidiano da Antigüidade; os especialistas dos períodos mais recuados do processo de hominização passaram a se preocupar com características estilísticas e tipológicas dos vestígios encontrados.

As exposições espelharam esses processos de mudança. Às vezes distinguindo alguns departamentos dentro de um universo museológico, como ainda é o caso do American Museum of Natural History de Nova York (Estados Unidos), do British Museum (Londres, Inglaterra), do Musée du Louvre (Paris, França) ou mesmo do Metropolitan Museum (Nova York, Estados Unidos). Outras vezes, esses olhares metodológicos diferenciados no âmbito da Arqueologia obrigaram a criação de outras instituições.

A relevância de Franz Boas, como símbolo de um processo, ainda deve ser apontada, no que tange à estruturação das “Salas de Arqueologia Comparada”. Estes locais expositivos - existentes ainda hoje - colocaram em confronto vestígios

arqueológicos (e/ou etnográficos) de tempos e espaços distintos, como é o caso, por exemplo, do Musée des Antiquités Nationales em Saint Germain-en-Laye, França.

Se a contextualização do bem patrimonial arqueológico é o grande conceito que vem permeando os processos de extroversão museológica, não é possível negligenciar outro aspecto marcante que consolidou estas experimentações expositivas, ou seja: em geral elas foram preparadas a partir da realização de expedições científicas, organizadas pelas grandes instituições já consolidadas nesta época. Portanto, as rupturas e inovações neste árduo caminho em direção à divulgação científica, tem sua origem nas arcaicas mentalidades de espoliação e transferência patrimoniais, comuns à história dos museus.

Um olhar mais atento em relação à trajetória que transformou o Musée d'Ethnographie du Trocadéro em Musée de l'Homme (Paris, França) aponta, também, para mais uma questão paradigmática. Trata-se da difícil delimitação do papel político dos museus que tratam das sociedades.

Liderados pelo etnólogo Paul Rivet, um grupo de jovens profissionais<sup>2</sup>, durante a década de trinta, envolveu-se neste grande processo museológico que criou uma nova estrutura institucional para abrigar as coleções das colônias, nas quais misturavam-se os vestígios arqueológicos.

A partir das palavras de Jamin (1989, p. 113) é possível compreender as idéias e mentalidades estruturadoras do Musée de l'Homme. "Rivet, cheville ouvrière de la formation

---

(2) É importante salientar que desta equipe constavam, entre outros, os nomes de Claude Lévi-Strauss, Roger Bastide, Alfred Métraux, André Leroi-Gourhan, personagens decisivas para as áreas de Arqueologia e Etnologia, como também os nomes de Georges Henri Rivière e Yvonne Oddon, fundamentais para a área museológica.

institutionnelle de l'ethnologie en tant que secrétaire général de l'Institut d'Ethnologie, titulaire de la chaire d'anthropologie du muséum (chaire qu'il avait rebaptisée em 1929 "Ethnologie des hommes actuels et des hommes fossiles"), directeur du musée d'Ethnographie du Trocadéro, devint député Socialiste, conseiller municipal de Paris puis conseiller général de la Seine. Em 1927, Rivet appartient à la Ligue contre l'oppression coloniale et l'imperialisme, créé à Bruxelles la même année et placée sous la présidence d'Albert Einstein. En 1934, après les manifestations sanglantes du 6 février organisées par l'extrême-droite, il fonde avec le philosophe Alain et le physicien Paul Langevin le Comité de vigilance des intellectuels antifacistes. Enfin, en septembre 1940, il fait partie d'un des tout premiers réseaux de résistance connu depuis sous le nom Réseau du Musée de l'Homme, aux côtés de Boris Vildé, Anatole Lewitzky et Yvonne Oddon ... Lors de ses voyages en Europe du nord et en Union soviétique au tout debut des années trente, Georges Henri Rivière exprimera dans sa correspondance avec Rivet sa "fierté" de travailler à ses côtés comme sous-directeur du musée d'Ethnographie du Trocadéro, "au service d'une science qui se mêle si intimement à ses préoccupations sociales", ajoutant même (on est en 1932) que s'impose à ses yeux la nécessité d'une marche de notre société vers le communisme". L'engagement scientifique se doublait d'un engagement idéologique. Bien plus sans doute, le premier ne prenait sens et fonction, du fait de son objet - la culture, la société - qu'à la condition du second. Selon une formule bien établie et souvent mal comprise, la science ne pouvait être sans conscience, ce qui était une manière de rompre avec le positivisme du XIX<sup>e</sup> siècle".

Esta longa citação apresenta de uma forma geral inúmeros aspectos reveladores sobre os museus desta época e,

particularmente, indica certas questões que, depois, estiveram na base do drama vivenciado por aquela instituição.

Em primeiro lugar, a convivência entre processos políticos e procedimentos científicos passou a nortear a vida dos museus e, em outras décadas, foi responsável pela estruturação de outros modelos museológicos preservacionistas. Em seguida, as palavras do autor mostram a importância determinante de certas personalidades à frente dos processos museais. Estes conseguiram moldá-los por meio de seus princípios ideológicos. Cabe também frisar que a experiência vivenciada por esta equipe, sobretudo em função das tragédias advindas da ocupação de Paris pelos nazistas, durante a Segunda Guerra Mundial, legou outra herança para os profissionais de museus, isto é: o reconhecimento da vulnerabilidade das intenções, projetos e processos museológicos frente a problemas externos.

Neste caminhar e durante o curto período em que foi possível atuar, Paul Rivet e sua equipe<sup>3</sup> protagonizaram uma revolução na ordem museológica vinculada às ciências humanas. Aproximaram-se diretamente das colônias francesas, com o objetivo de organizar expedições e exposições; constituíram no âmbito do museu diversas associações científicas ligadas à África, América e Ásia, com o objetivo de reunir os interessados pelo estudos e destinos dos povos destes continentes e, mais ainda, inovaram nas estratégias museográficas.

---

(3) As informações e análises apresentadas correspondem à pesquisa por mim realizada, em 1991, no Centre de Documentation du Musée de l'Homme de Paris (França), no Fundo Paul Rivet (correspondência). Nesta ocasião tive acesso à correspondência trocada entre este etnólogo e os pesquisadores já mencionados, como também foi possível conhecer vários projetos museológicos que embasaram o surgimento deste novo museu.

Com o surgimento do Musée de l'Homme, as pesquisas em ciências humanas e por consequência as sociedades que eram alvo destes estudos ganharam ao mesmo tempo uma "tribuna" e uma "vitrina". "Dès cette réorganisation, et sans que ceci ait été une simple cause de style, le Musée d'ethnographie se situe à gauche et ait comme un dispositif culture, voire idéologique, dont un des objectifs est de fonder en droit et en raison un nouvel humanisme au moyen duquel des combats seront menés contre le racisme, le fascisme et, dans une certaine mesure, contre l'imperialisme" (PIEILLER, 1987, p. 13 e 14).

Apesar desse esforço, a perseguição aos movimentos da Resistência Francesa e as próprias pressões políticas em função da guerra, foram responsáveis, a princípio, pela implosão da equipe, que teve que se dispersar e, em seguida, pela prisão e morte de diversos pesquisadores deste museu. Este esforço foi pulverizado e é possível constatar a sua influência em diversos sentidos. A importante contribuição metodológica de André Leroi-Gourhan, por meio da arqueologia-etnográfica; os singulares ensinamentos de Claude Lévi-Strauss que correram o mundo; as revoluções museológicas deflagradas por Georges Henri-Rivière, que conduziram os museus aos ecomuseus e a participação de Yvonne Oddon na constituição do Centre de Documentation de l'ICOM/UNESCO, correspondem a algumas marcas muito precisas da influência deste processo.

Entretanto, o Musée de l'Homme que sobreviveu a este trágico momento se transformou em uma caricatura dessas idéias. Somente na década de noventa teve início um novo processo de mudança, procurando dar contemporaneidade a um museu que, com suas raízes científicas e ideológicas arrancadas violentamente, ficou relegado para um segundo plano.

Em um documento de trabalho intitulado “Renovation du Musée de l’Homme”, de 1993, o arqueólogo Denis Vialou (“responsable de la Cellule de Rénovation”) encaminhou as propostas de mudança, introduzindo-as com as seguintes palavras...

“Le scénario scientifique élaboré, sous la responsabilité de la Cellule de Rénovation, par la communauté scientifique du Musée de l’Homme avec le concours de collègues extérieurs spécialistes de mêmes domaines de recherches, a la force d’une proposition nouvelle: présenter aux visiteurs les hommes, leurs cultures, leurs relations présentes, dans une perspective de compréhension, en mettant en valeur les collections dans leurs contextes propres. Cela explique le terme enfin mis à la présentation exclusivement géopolitique, de type colonial, qui traduisait une vision statique, exotique, passéiste et, en outre, européocentrique. Cela justifie la diversité des points de vue que seront donnés au fil des quatre actes pour montrer la continuité génétique et la diversité biologique et culturelle de l’espèce humaine au travers de sa longue Préhistoire et dans ses populations actuelles”

Este texto evidencia outro aspecto comum aos museus, ou seja: são instituições que não preservam a própria memória, pois as intenções contidas na citação acima correspondem às idéias do grupo que gerou o conceito de Museu do Homem.

Se Franz Boas<sup>4</sup>, dentro dos interesses deste trabalho, pode ser indicado como um símbolo das exposições arqueológicas contextualizadas, Paul Rivet e Georges Henri Rivièrè devem ser lembrados como propagadores de novos processos institucionais que contribuíram para a organização de museus regionais e comunitários, ou mesmo para a estruturação de museus nacionais em outros continentes.

Apesar de todos os esforços de inovação e mesmo de ruptura em relação às antigas mentalidades, ainda é possível identificar certas idéias remanescentes do processo de colonização, que tanto influenciaram a prática da Arqueologia e seus museus. Se neste texto foram enfocadas experiências dos Estados Unidos e da França, é possível afirmar que, pesquisadores de outros países, economicamente estabelecidos na primeira metade deste século, também estavam correndo o mundo, por meio de expedições científicas, com o objetivo de compreender as rotas e os processos da humanidade.

Assim, não só os museus do Hemisfério Norte continuaram crescendo, como também houve um claro incentivo à organização de instituições congêneres na América Latina, África e Ásia.

Neste contexto destacam-se diversos museus dos países da América Central e do Sul, voltados para os bens arqueológicos pré-colombianos. O complexo museológico, criado em 1966, no México, simboliza esta afirmação. Neste país, o Museu Nacional de Antropologia foi transformado em um espelho museográfico para que a população pudesse ser reconhecida e se reconhecer entre os vestígios de um passado monumental. Esta

---

(4) É importante salientar que entre as correspondências reunidas no Fundo Paul Rivet (no Centro de Documentação já mencionado) existe um número relevante

experiência é repetida - com menos ênfase - na Colômbia, Equador e Costa Rica, entre outros países.

Assim, é possível identificar que a Arqueologia tem servido, enquanto instrumental científico, para a construção de identidades, por meio dos recursos museológicos.

As identidades locais, regionais e nacionais têm se valido e muito, dos museus arqueológicos. As últimas décadas assistiram à proliferação destas instituições em espaços construídos ou a partir da reconstituição de sítios arqueológicos.

Também neste tipo de musealização é possível reconhecer uma multiplicidade de formas, mas sempre em íntima relação com o local do desenvolvimento das pesquisas.

Neste quadro destaca-se o Musée de Préhistoire d'Ile-de France (Nemours, França), inaugurado em 1981, a partir de um projeto que contemplou, em conjunto, a elaboração do espaço arquitetônico e da proposta museológica. De acordo com seu catálogo de apresentação (s/d) ... "le musée présente le panorama de la Préhistoire et de la Protohistoire de la région Ile-de-France - la plus longue période de notre evolution, depuis les premières traces de l'installation humaine vers - 40.000 - jusqu'à l'entrée dans l'Histoire véritable, avec la conquête systématique de la Gaule par Jules César, au 1<sup>er</sup> siècle avant J.C."

Merece destaque, também, o Museu Monográfico de Conímbriga (Portugal), concebido em 1962 a partir das pesquisas e valorização de uma antiga e monumental cidade romana que foi ocupada entre a 1ª Idade do Ferro e os finais do século VI d.C. Instalado em edifício construído especialmente para fins museológicos, este espaço congrega áreas expositivas e laboratórios técnicos para os estudos arqueológicos.

Outro exemplo, com este perfil, encontra-se no Chile, apoiado na importância da região arqueológica de San Pedro de Atacama. O Museo Arqueológico R.P. Gustavo Le Paige S.J., da Universidade del Norte, impulsionou a criação do Instituto de Investigaciones Arqueológicas e, desta forma, consolidou o seu futuro científico. Esta instituição tem revelado os vestígios dos homens que, para sobreviver, tiveram que conquistar um dos desertos mais inóspitos do planeta. Estes vestígios, ultrapassam o número de 380.000 objetos. “Cada uno de ellos (excepto los cráneos), es una obra que fue hecha por manos atacameñas en un pasado remoto y en la que se ha manifestado la habilidad, el ingenio, el arte, el desarrollo tecnológico y cultural de este pueblo en sus diferentes momentos. Toda esta riqueza arqueológica constituye el Legado de los Atacameños”<sup>5</sup>.

Enquanto, em algumas regiões do mundo, os vestígios do passado que sobreviveram às investidas coloniais, às guerras e outras formas de espoliação entre os homens, têm sido reunidos e rearticulados em discursos expositivos nacionalistas; em outros locais, a relevância de áreas arqueológicas impõe a implantação de instituições museológicas. Em todos estes exemplos, transparece uma grande cumplicidade entre a apresentação dos bens patrimoniais que foram constituídos pelas sociedades extintas e a divulgação dos métodos e técnicas que são utilizados na pesquisa. Assim, os museus de Arqueologia representam uma exceção, ao musealizarem, simultaneamente, os processos de trabalho e o objeto de estudo.

A Arqueologia, também, tem sido um elemento básico na organização dos museus de cidade, por colaborar na explicitação das diferentes formas de apropriação e transformação de um território no passado. Os museus das cidades de Londres, Paris,

---

(5) Trecho extraído do catálogo de apresentação do museu (1984).

Lisboa e Amsterdam, por exemplo, são introduzidos por setores expositivos que apresentam vestígios arqueológicos.

Desta forma, fica evidente que a Arqueologia, está inserida em museus de reconhecida personalidade histórica.

Além dos grandes museus enciclopédicos de História Natural, Artes ou Antropologia, dos núcleos museológicos regionais, dos museus de sítio e de cidade, entre outros, a Arqueologia Industrial tem legado um novo panorama ao então tradicional universo patrimonial arqueológico.

Durante muito tempo esta área de conhecimento ficou restrita à evidenciação dos vestígios das sociedades extintas e, em geral, distantes no tempo e no espaço. Assim, os recortes patrimoniais provenientes deste universo sempre foram identificados com as “coisas do passado”. Entretanto, as últimas décadas têm acompanhado a contribuição da Arqueologia, no que diz respeito à evidenciação dos vestígios de períodos mais próximos. Não é raro encontrar a musealização de estruturas construídas, vinculadas aos processos de industrialização. Compondo, desta forma, um novo quadro de referências patrimoniais.

É possível afirmar que, a pesquisa arqueológica esteve envolvida, direta ou indiretamente, nos distintos processos museológicos que surgiram ao longo deste século, acompanhando as sucessivas rupturas que foram necessárias para reaproximar a sociedade de seu próprio patrimônio.

Cabe enfatizar, ainda, o surgimento do Musée Canadien des Civilisations, em Quebec. Esta instituição tem sua origem no início do século, tendo passado por inúmeras transformações até a implementação do novo programa que a transformou em “un musée pour le village global”, no final da década de oitenta. Apoiado em um edifício, que além da correta e grandiosa

arquitetura, foi concebido a partir de diversos estímulos simbólicos vinculados à cultura nacional, como também a escolha do local de sua construção foi planejada no sentido de inserir este edifício em uma área nobre e já consagrada pela população. O projeto arquitetônico acompanhou o planejamento museológico e ambos são dotados do que existe de mais moderno e tecnológico nesta área. A concepção que guiou a preparação das novas exposições ... “a été de mettre au jour ces identités, de permettre aux visiteurs d’explorer celles-ci et les liens qui les unissent à d’autres et, ce faisant, de saisir la condition humaine actuelle. Le musée national d’histoire humaine de notre pays constitue une vitrine des hauts faits culturels d’un peuple qui peut être fier de lui: les communications entre personnes de différents langues; l’ingéniosité et l’économie dont les immigrants ont su faire preuve en s’adaptant à leur nouveau milieu; la richesse des styles architecturaux, artisanaux et artistiques; la fascination qu’exercent toujours les mythologies ainsi que les croyances religieuses et cosmologiques; la transplatación réussie de traditions du pays d’origine dans un nouveau monde” (MAC DONALD, ALSFORD, 1989, p. 76).

Desta forma, os vestígios arqueológicos passaram a fazer parte da contextualização de um conceito de nacionalidade diferente, por exemplo, daquele esboçado museograficamente no Museu Nacional de Antropologia do México. Apesar dos dois países terem passado por processos de colonização e de imigração, hoje, fazem uma leitura diferenciada sobre a inserção dos indicadores da memória das sociedades nativas, em relação à complexidade cultural característica das nações do Novo Mundo. E, nos dois casos, o museu é um instrumento poderoso para a preservação e divulgação dessas idéias.

Na contemporaneidade, a convivência das sociedades com a pesquisa arqueológica tem alcançado outros patamares. O

desenvolvimento da Arqueologia Experimental tem propiciado a reconstituição de monumentos, de habitações, de tecnologias, de aspectos da vida cotidiana, entre tantas outras possibilidades. Estas conquistas, no que diz respeito ao conhecimento e interpretação das atitudes humanas do passado, têm servido para a aproximação com a sociedade atual. Se no início do século a parceria com a Etnologia garantiu um avanço considerável para os museus, em função das possibilidades comparativas entre os vestígios arqueológicos e os artefatos etnográficos; nos tempos atuais o desenvolvimento das experimentações arqueológicas tem propiciado a organização de parques para experimentações, reconstituições de cidades, etc. Dentro deste contexto existem inúmeros exemplos, sobretudo na Europa. Entretanto, destaca-se o Jorvik Viking Center de York (Inglaterra), que apresenta aspectos da vida dos vikings no século décimo, que podem ser apreciados (ou “vivenciados”) por meio de um passeio em um pequeno carro. Instituições com este perfil, que são assemelhadas aos museus ao ar livre, proliferaram consideravelmente nas últimas décadas, pois trazem um grande aporte financeiro para suas regiões, em função do incentivo ao turismo cultural. Diversos países exploram comercialmente a pesquisa arqueológica por meio da organização desses centros, que têm exercido, sem dúvida, uma grande influência nos museus tradicionais. De acordo com Rahtz (1989, p. 172 e 173) “o novo conceito de museu é muito diferente, e será muito mais eficaz para a instrução pública, como mencionei em relação à Velha Aldeia de Sturbridge ou do Centro Viking de York. Este foi criado por uma nova geração de museólogos, “engenheiros do lazer” ou, como eles mesmos se chamam, “imaginadores”.

Outro exemplo merecedor de destaque é o Archéodrome de Beaune, na Borgonha (França). Trata-se de um grande parque com áreas abertas destinadas, por exemplo, à

experimentação de tecnologia lítica, ao cozimento da cerâmica, à reconstrução de habitação. O público tem acesso a todos os setores, organiza seus próprios roteiros e, às vezes, tem a possibilidade de participar das experimentações. Entretanto, uma avaliação ocorrida em 1988, apontou para a necessidade de introduzir a visita ao parque com uma exposição (seguindo modelo tradicional), sobre métodos e técnicas arqueológicas, para que o público tivesse a possibilidade de compreender as diversas operações científicas, que estão vinculadas aos “momentos” que podem ser apreciados durante a visita ao parque. Existe, ainda, uma grande controvérsia sobre a eficácia dessas instituições no que diz respeito à preservação dos indicadores da memória, mas, sem dúvida, elas representam um grande esforço de aproximação entre a Arqueologia e as sociedades que as mantêm. Roy (1993)<sup>6</sup> salienta que ...“Sans en nier les nécessités (“tourisme culturel”), ces réalisations de type “parc de loisirs” sont menacées par les dérives de simplifications abusives et les surenchires en matière de musée-spectacle. Les “produits culturels” fabriqués par les agences d’ingénierie culturelle ne doivent pas être confondus avec les musées qui sont avant tout des services publics à préoccupation pédagogique et culturelle. Parcs de loisirs et d’attractions doivent demeurer distincts des musées”.

Após este breve caminhar pelas experiências mais relevantes que, durante este século, contribuíram para a abertura dos grandes, monolíticos e enciclopédicos museus, passando pela regionalização dos fenômenos museais e pela parceria com outros sistemas já estabelecidos como é o caso da escola e do turismo, chega-se à constatação de que a extroversão do processo arqueológico é

---

(6) Trecho extraído da conferência “Origines et devenir des musées d’aujourd’hui”, apresentada no âmbito do Simpósio Internacional “O Processo de Comunicação nos Museus de Arqueologia e Etnologia”, realizado no MAE/USP em 1993.

extremamente complexa e que não há um modelo que dê conta deste multifacetado cenário.

Entretanto, é importante salientar mais uma experiência atual, que se não cobre todas as facetas da preservação e da divulgação arqueológica, equilibra muito bem as variáveis contidas nos processos que buscam identificar e gerenciar os indicadores da memória.

A partir das palavras de Claudio Torres, arqueólogo e coordenador científico dos projetos realizados em Mértola (Portugal), é possível entender a problemática cultural que vem sendo desvelada por meio da Arqueologia <sup>7</sup>:

#### **“Chegar pelo rio**

O primeiro olhar foi certamente do rio onde se levanta imponente o promontório rochoso, refúgio das primeiras comunidades de pescadores, cuja memória há muito se perdeu.

Como outras cidades-porto mediterrânicas, Mértola ocupa um sítio excepcional muito cedo demandado por mercadores e aventureiros que aqui vinham trocar os brocados e especiarias do Oriente por lingotes de ouro e prata.

Uma poderosa muralha cerca ainda o casco antigo que trepa em cascata até à antiga alcáçova onde se erguem as ruínas do castelo. Durante muitos séculos foi considerada a mais poderosa fortaleza do Ocidente Ibérico.”

**Claudio Torres**

---

(7) As análises aqui apresentadas são resultado de um estágio de estudo realizado no Campo Arqueológico de Mértola em 1993.

O “Campo Arqueológico de Mértola” ou a “Vila-Museu”, localiza-se à margem do Rio Guadiana, que em um passado remoto foi uma importante via comercial, fazendo de Mértola um destacado centro para o desenvolvimento da Península Ibérica.

Entretanto, segundo palavras do Presidente da Câmara, esta terra, ... “com outras de raia interior, conta-se hoje entre as mais pobres do país, com uma população envelhecida, sem alternativas econômicas capazes de fixar os mais jovens, atraídos cada vez mais pelos grandes centros urbanos do litoral. O desenvolvimento industrial não será certamente o nosso futuro, por falta de estruturas mínimas, de vias de escoamento e de mão de obra especializada. Por isso, desde o início, a Câmara Municipal de Mértola optou por um significativo investimento cultural, apoiando a investigação arqueológica e histórica regionais o que, pouco a pouco, tem vindo a dar os seus frutos. Hoje, Mértola, além de ser um prestigiado polo de investigação científica, transformou-se num atrativo cultural e turístico capaz de gerar riqueza e bem estar para seus habitantes”<sup>8</sup>.

Esta opção pela cultura como meio para o estabelecimento de estratégias para o desenvolvimento de uma população, faz deste campo arqueológico um projeto científico voltado para a valorização de uma comunidade a partir do estudo de elementos fundamentais de sua trajetória.

Até o final do século passado Mértola ainda desempenhava um relevante papel, pois o porto fluvial mantinha um movimento significativo devido ao escoamento da produção da Mina de São Domingos, mas, sem dúvida, as pesquisas Arqueológica e Histórica têm revelado um acúmulo de experiências humanas nesta região, de inigualável importância no contexto português.

---

(8) Trecho extraído de “Mértola-Vila Museu”, catálogo editado em 1990.

Durante cinco séculos Mértola foi um grande centro de escoamento mineiro e agrícola do Baixo Alentejo, fazendo com que mercadores do Império Romano se estabelecessem no local. O período islâmico deu continuidade ao fluxo comercial, transformando esta vila em capital do território. Depois da conquista cristã de 1238, por cavaleiros da Ordem de Santiago, as rotas comerciais se desviaram cada vez mais do Rio Guadiana para os estuários dos Rios Sado e Tejo.

Conforme afirma Claudio Torres, no catálogo já citado, - “Mértola era, no 25 de Abril - já encerradas as Minas de São Domingos - um povoado adormecido, em que já morrera a última carreira fluvial, sua única e primeira razão de ser”.

Esta Vila-Museu se traduz, para os próprios habitantes atuais e visitantes, a partir de diversas zonas de escavações associadas a núcleos museológicos (exposições), como o Núcleo Visigótico - localizado no Castelo e voltado para aspectos da arquitetura; o Núcleo Islâmico que reúne significativa coleção de arte islâmica, especialmente o conjunto cerâmico; o Núcleo de Arte Sacra com objetos litúrgicos coletados em igrejas que foram abandonadas; o Núcleo Romano - evidenciado no momento da reconstrução da Câmara, espaço este que originalmente abrigou um conjunto de casas.

Ao lado desses Núcleos Museológicos que apresentam mostras didáticas com explicações sobre os respectivos períodos de ocupação, foi recentemente instalado o Núcleo Paleo-Cristão ligado às ruínas de uma basílica, localizadas sob a construção de uma escola pública erguida em 1920.

O centro histórico constituído por ruelas, casa brancas e circunscrito às ruínas das muralhas, a atual Igreja Matriz instalada em uma antiga mesquita, a Casa do Ferreiro com todos os instrumentos de trabalho, o Convento de São Francisco - fronteiro à

Vila que tem sido dinamizado através de exposições de artes plásticas e espetáculos de dança e música, são outros pontos referenciais desta Vila-Museu.

Embora Mértola já tenha sido alvo de pesquisas em outras épocas, foi no final da década de setenta que teve início as atividades sistemáticas do Campo Arqueológico. Este, por sua vez, priorizou a musealização imediata do conhecimento produzido a cada momento das investigações, com o principal objetivo de recuperar a identidade de uma população que foi “fossilizada” por um processo de desenvolvimento que transferiu sua atenção para outras regiões do país.

As escavações ininterruptas por todos os lados da Vila evidenciam uma estratigrafia que comprova as sucessivas ocupações desta região em função do Rio Guadiana, que há muito tempo deixou de ser um referencial para a atual população. Os conhecimentos construídos com o apoio das pesquisas em História e Arqueologia, ao mesmo tempo em que estão colaborando para que os mertolenses contemporâneos se reencontrem com a Vila de Mértola, estão propiciando também um novo olhar para esse rio e todo seu entorno ecológico.

Para tanto, a equipe do Campo Arqueológico deu início a um movimento social procurando despertar a comunidade para a preservação do Rio Guadiana. Deste movimento nasceu a Associação de Defesa do Patrimônio de Mértola que, apoiada em sistemática pesquisa, está propondo a constituição do Ecomuseu do Rio Guadiana. Conscientes que os bosques mediterrânicos que povoaram esta região estão muito comprometidos em função das queimadas da pastorícia e da fundição do ferro, esses profissionais concordam que os poucos ecossistemas que guardam resquícios das comunidades biológicas primitivas, mostram como hoje ainda é

assegurado um equilíbrio dinâmico. Entretanto, “a urgente necessidade de salvaguardar tais valores passa por esforço de conservação integrada, a partir de uma cautelosa intervenção no meio, que não destrua irremediavelmente um equilíbrio dificilmente recuperável”<sup>9</sup>.

Se no caso de outros processos museológicos o poder oficial ainda desempenha papel relevante, como o grande mantenedor das coleções patrimoniais e financiador dos projetos arqueológicos, em Mértola a ação preservacionista está seguindo outro curso.

A partir de projetos de pesquisa científica, financiados pelos mais diferentes órgãos externos a Mértola, é criada uma estratégia de recuperação dos espaços e devolução à população. Neste sentido e em função da relevância dos estudos realizados pela equipe do Campo Arqueológico, são flagrantes a independência de orientação e a estabilidade dos trabalhos em relação ao poder oficial.

É possível constatar que a ação do Campo Arqueológico extrapolou os limites portugueses, pois em função da relevância das pesquisas, da eficiência dos núcleos museológicos, da organização de congressos e publicações internacionais, Mértola está se transformando em um marco, reconhecido pela comunidade científica de outros importantes centros.

A princípio, esta região foi vista pelos arqueólogos como um território com potencialidades arqueológicas viáveis para a evidenciação dos vestígios mouros e, em consequência, as pesquisas poderiam propiciar novos olhares em relação a uma faceta abandonada da identidade portuguesa. O desenvolvimento dos trabalhos, além de atingir esses objetivos, deparou-se com uma realidade social miserável que estava sobreposta aos vestígios. Entretanto, a orientação científica

---

(9) Ecomuseu do Rio Guadiana - proposta da Associação de Defesa do Patrimônio de Mértola, 1991.

das pesquisas e dos processos de musealização teve, não só a preocupação de “desfossilizar” a comunidade, mas também de estabelecer e implementar novas possibilidades de sobrevivência.

Sem abandonar o rigor científico, sem precisar travestir a pesquisa arqueológica em parque de diversões, sem praticar o entesouramento inconsequente e sem negligenciar a potencialidade dos processos de musealização, o Campo Arqueológico de Mértola traduz o perfil contemporâneo da importância dos estudos, da preservação e da comunicação museológica dos bens patrimoniais arqueológicos.

Cabe mencionar que, em tempos passados, a ruptura em alguns processos museais deu-se em função da orientação ideológica de alguns personagens desta trajetória, como foi o caso, por exemplo de Boas, Rivet e Rivière. Da mesma forma, o nome de Claudio Torres deve ser lembrado como responsável pelo perfil da ação deflagrada em Mértola.

Antes de detalhar as questões brasileiras, neste panorama histórico referente aos museus de Arqueologia, deve ser sublinhado que, estas instituições têm singular importância num quadro geral da evolução e desenvolvimento dos museus. Além de terem sido permeadas pelas idéias de “conquista”, de “abandono” e de “mudanças”, legaram experiências que contribuíram para o aperfeiçoamento dos processos museais.

Nos planos do tratamento e interpretação, da herança patrimonial, estas instituições estão consolidadas nas seguintes características:

- a) musealização das áreas de pesquisa, *in loco*, por meio da constituição de museus de sítio, da reconstituição de vestígios construídos e do

salvamento arqueológico de áreas vulneráveis aos processos de desenvolvimento.

- b) organização de Depósitos de Pesquisa, ou seja: “un endroit où sont mis à l’abri des objets découverts dans une ou plusieurs fouilles afin d’être classés, inventoriés et étudiés en attendant d’être déposés dans les salles d’exposition ou les réserves d’un musées” (NÉGRI, 1992 p. 7). Estas estruturas de apoio, tanto da pesquisa, quanto dos museus, têm-se espalhado por diversos países.
- c) apresentação de discursos expositivos embasados na contextualização dos objetos arqueológicos, no tempo e no espaço.
- d) vinculação aos princípios da Educação Patrimonial<sup>10</sup>, para a sensibilização e apropriação dos bens arqueológicos em relação ao grande público, a partir dos museus ou dos monumentos.

Assim, é possível afirmar que a Arqueologia chegou a este final de século fortalecida **nos museus e pelos museus**. E os museus de Arqueologia são também identificados como museus de identidades, museus de sociedades e museus de civilizações.

---

(10) Conceito orientador de metodologias de trabalho a partir da realidade patrimonial, que se originou na Inglaterra, com a “Heritage Education” na década de oitenta.

### **1.1.1. MUSEUS DE ARQUEOLOGIA NO BRASIL: UMA HISTÓRIA DE COADJUVANTES**

A historiografia brasileira tem uma dívida para com os museus deste país. Raramente, o fenômeno museal serviu de estímulo para os olhares decifradores dos profissionais desta área de conhecimento. As continuidades e rupturas intrínsecas a estes processos têm merecido, até o momento, análises pontuais. Antropólogos e sociólogos, também, pouco têm orientado suas reflexões para o estudo das comunidades museológicas, seus impasses, trajetórias e suas formas de ser.

Os caminhos da convivência institucional, as maneiras alternativas como os profissionais de museus brasileiros têm lançado mão da experiência internacional, as razões subjacentes à constituição das inúmeras coleções que se espalham pelo país, são apenas alguns aspectos inerentes a um universo infinitamente maior e mais complexo. Universo este a ser científica e sistematicamente explorado.

Essas instituições que, a princípio foram transplantadas para este país, mas, depois, foram constituídas dentro de um quadro de necessidades brasileiras, existem, aqui, há quase dois séculos. Durante este tempo, têm selecionado, coletado, estudado, guardado e exposto, fragmentos da experiência humana e espécimes da natureza, para os quais este território tem servido de cenário.

Com temporalidade diferenciada, gerações de profissionais entram e saem do circuito museal brasileiro, conhecendo muito mais as experiências estrangeiras do que o seu próprio passado. Estas pessoas, estes grupos e estas corporações, têm estudado e trabalhado para proteger e recriar a história patrimonial de um país

com mil faces, muitas memórias e uma identidade moldada na diversidade.

Essa **gente de museu** não tem apresentado um perfil uniforme, ao longo do tempo, ou no presente. Entretanto, tem compartilhado diferentes esferas de um poder, que, por sua vez, é pouco conhecido de outros segmentos da sociedade.

Administrar a memória ou manipular as referências patrimoniais - a partir de objetos, coleções e acervos - pressupõe um domínio seguro de métodos e técnicas, de conservação da materialidade e da retenção documental dos sentidos e significados destas evidências materiais da cultura. Da mesma forma, gerenciar o equilíbrio entre os objetos expostos e as inúmeras possibilidades de linguagem de apoio - com o objetivo de propor um discurso expositivo - representa uma grande potencialidade de intervenção na vida do público. E o que dizer da responsabilidade de educar, por meio dos museus, a partir de objetos?

Essas características, com suas pequenas peculiaridades têm permitido, aos museus, a constituição de limites - que, para alguns, são muralhas - formadores de um universo particular, permeado de idéias e mentalidades que direcionam os temas das exposições, organizam as reservas técnicas do acervo, definem os códigos de identificação das coleções, entre tantas outras responsabilidades museológicas. Estes limites têm permeado, sobretudo, as decisões que valorizam ou desprezam certos segmentos patrimoniais.

Entretanto, são raras as abordagens dessas questões. Pode-se afirmar, inclusive, que contam-se nos dedos as instituições museológicas que mantêm arquivos e que preservam os documentos da sua própria trajetória.

É importante reconhecer que, ao mesmo tempo em que os brasileiros têm convivido com essas mentalidades museológicas, experimentaram, também, mudanças políticas agudas, que conduziram o país do Império à República, aproximaram e afastaram as regiões em disputas por suas particularidades, mergulharam a sociedade em sucessivos golpes militares e governos ditatoriais. Um período em que reiteradas ilusões foram despertadas pelas intermitentes lutas pela democracia sócio-político-cultural.

Quando os museus aqui chegaram (1818) este país estava deixando de ser colônia portuguesa. Durante este período, o Brasil envolveu-se em guerra com o Paraguai; recebeu levas de imigrantes dos mais diferentes países da Europa e da Ásia; aboliu a escravidão, mas não assimilou facilmente a influência negra; desterrou sistematicamente os seus povos indígenas; urbanizou-se e implantou indústrias; destruiu suas florestas; alterou o eixo do poder do litoral para o sertão; tornou-se latino-americano, pulmão do mundo e um país do futuro!

A todos esses processos, os museus estão relacionados, ou para abrigar a memória de seus fatos ou omitindo e esquecendo.

Se existem poucas obras que analisam as mentalidades museológicas brasileiras intra-muros, o mesmo pode ser afirmado, no que diz respeito ao relacionamento da sociedade deste país com os seus museus.

Compreender as idéias e mentalidades daqueles que criaram e transformaram instituições museológicas significa, por exemplo, esmiuçar algumas histórias de vida de personagens como Hermann Von Ihering, Ladislau Netto, Gustavo Barroso, Affonso Taunay, Heloisa Alberto Torres, Regina Real, Mario Barata e Marília Duarte Nunes. Estes, implantaram as estruturas primordiais. A análise

sobre os processos que propiciaram rupturas e mudanças, a partir da década de cinquenta, indica a necessidade de um olhar atento aos projetos de Pietro Maria Bardi, Vinicius Stein Campos, Walter Zanini, Lígia Martins Costa, Ernani da Silva Bruno, Solange Godoy e Maurício Segall. Além desses profissionais, cabe ressaltar a importância de estudos, por exemplo, sobre a continuidade programática das gestões de Aracy Amaral, Fábio Magalhães e Maria Cecília França Lourenço à frente da Pinacoteca do Estado, ou mesmo, sobre o pensamento de Ulpiano B. de Meneses, na década de sessenta, orientando a implantação do Museu de Arte e Arqueologia, ou reformulando o Museu Paulista na década de noventa. A gestão de Ana Mae Barbosa, que colocou o Museu de Arte Contemporânea entre as prioridades da Universidade de São Paulo, também não pode passar despercebida, para aqueles que se interessam pela história dos museus dos anos noventa.

Acompanhar a implantação de processos museológicos, ou analisar a inserção de museólogos neste complexo universo de museus, significa prestar atenção na atuação de Gisele Paixão, Pedro Federsoni, Adolfo Frioli, Claudia Ferreira, Tereza Scheiner e, sobretudo, de Marcelo Araujo. Isto, só para citar nomes de profissionais que têm deixado suas marcas no eixo Rio de Janeiro - São Paulo.

É importante lembrar, também, a presença de alguns intelectuais, de destaque, que de fora dos museus, indicaram caminhos. É o caso de Mario de Andrade, Paulo Duarte, Câmara Cascudo, Gilberto Freire, entre outros.

Nos últimos anos, têm surgido alguns artigos, dissertações e teses que começam a desvelar essa história, analisando-a dentro de uma crescente complexidade.

Os trabalhos de Abreu (1990), Alencar (1987), Almeida (1995), Barbuy (1995), Bogus (1985), Bruno (1984 e 1995), Cintra (1980), Gaspar (1993), Grinspum (1991), Grossman (1988), Kuniyoshi (1985), Lopes (1988 e 1993), Mieli (1993), Oliveira (1986), Rússio (1977 e 1980), Santos M.C. (1981 e 1993), Santos (1989), Silva (1989), Vernaschi (1989), entre outros, contribuíram para esclarecer aspectos históricos da instituição museu e para divulgar metodologias e projetos museológicos. Ao lado de algumas dezenas de artigos contemporâneos, estas dissertações e teses compõem um quadro analítico sobre a realidade brasileira, somado a alguns textos escritos anteriormente, por Barroso (1946), Branco Ribeiro (1945 e 1957), Busch (1937), Campos (1965), Holanda (1958), Real (1946), Trigueiros (1956 e 1958), Valladares (1946) e Venâncio Filho (1938).

Neste círculo muito fechado, destacam-se, também as contribuições de Mario Chagas e Maria de Lourdes Parreiras Horta que, em diversos artigos, aulas, conferências e apresentação em congressos, têm discutido os problemas da Museologia Brasileira, ou mesmo contribuído para sua constituição.

No plano teórico e crítico o nome de Waldisa Rússio C. Guarnieri desponta na vanguarda solitária das necessárias abordagens conceituais.

Para o interesse deste trabalho, existem poucas abordagens. Como já foi visto na Introdução, a estreita vinculação entre o desenvolvimento da pesquisa arqueológica e das instituições museais não tem sido uma preocupação dos arqueólogos. Apenas alguns artigos esclarecem certos pormenores da atuação arqueológica de extroversão e educação, a partir de museus. Esta afirmação refere-se, sobretudo, aos textos de Alves (1990, 1991), Duarte (1938, 1960, 1970, 1977), Bruno (1983, 1984a e 1984b, 1985, 1986a e 1986b,

1989, 1992, 1994 e 1995), Bruno & Caldarelli (1982), Bruno & Neves (1989) Bruno & Vasconcellos (1988), Bruno et alli (1991), Guedes (1991), Hirata et alli (1989), Lima et alli (1993), Nunes (1966), Scatamacchia et alli (1988, 1990 e 1991), Silva (1992) e Tamanini (1991 e 1994).

Neste universo, o trabalho elaborado por Eliana Teixeira de Carvalho, editado pela Sociedade de Arqueologia Brasileira, “Indexação Institucional de Pesquisa e Acervo em Arqueologia” (1991), permite mapear a localização das coleções, a distribuição geográfica dos indicadores da memória pré-colonial que têm sido preservados, os temas das exposições, entre muitos outros aspectos que ainda serão abordados.

Os poucos catálogos das exposições arqueológicas ajudam a desnudar as idéias e intenções que têm sustentado a musealização da Arqueologia neste país.

Essas observações e nomes mencionados não pretendem exaurir o tema ligado à divulgação, análise e troca de informações sobre a comunicação da Arqueologia neste país. Estão indicados neste trabalho, apenas, para apontar que o conhecimento sobre as idéias, métodos e avaliações das inúmeras iniciativas museológicas, está pulverizado em algumas dissertações, teses e artigos de periódicos especializados.

A partir dessas considerações, deve ser destacado que, o Brasil surgiu no cenário museológico internacional no século XIX, durante o período áureo destas instituições, em um momento de grande impulso das Ciências Naturais. E os museus surgiram para os brasileiros, no final do Período Colonial, em um século decisivo para a autonomia desta nação.

Neste sentido, a organização dessas instituições significou mais um passo em direção à independência e progresso das

elites nacionais. Ao mesmo tempo, serviram de bases sólidas para as investidas científicas que este território e a população despertavam em diversas partes do mundo.

Esses museus, identificados como instituições de pesquisa e preservação dos bens culturais, foram instalados, em um primeiro momento, na capital e, em seguida, proliferaram por diversas regiões do país. Nasceram quando a Arqueologia Pré-Histórica estava dando seus primeiros passos na França, em que os ricos países, com industrialização emergente e imbuídos de uma ética expansionista, organizavam sistematicamente grandes expedições científicas, envolvendo diversos continentes em suas empreitadas neocolonizadoras.

As idéias que impulsionaram a criação de instituições museológicas, subservientes aos modelos europeus e norte-americanos, pode ser identificada com a necessidade de demonstrar ... “tanto a unidade (o Estado Nacional), quanto a força do poder que une a Nação (Casa Reinante, Parlamento, etc); força demonstrada na ostentação de riqueza, cultura e saber... [como também] no movimento paulatino de conquista do espaço físico, cultural e político da burguesia; demonstra não aprisionamento do saber, mas do universo circundante, na sua maior extensão possível, nas mãos do colecionador” (ELIAS, 1992 p. 139 e 140).

A criação, a implantação e o desenvolvimento do Museu Nacional (Rio de Janeiro, 1818) exemplifica as considerações acima referidas. Entretanto, a constituição do Museu Paraense Emílio Goeldi (Belém, 1866), do Museu Paulista (São Paulo, 1895) e do Museu Paranaense (Curitiba, 1874), apontam para as diferenciações, disputas e enriquecimento localizado, comuns ao desenvolvimento do país. Estes museus foram constituídos para catalogar, estudar e expor - à exaustão - os elementos dos universos natural e humano, como as

outras instituições que se espalhavam pelo mundo. O domínio sobre a região, a partir dos museus, significou, sobretudo, a sua relevância em relação à nação.

Esta mentalidade, que tem sido percebida em outros horizontes nacionais, serviu-se dos museus para indicar a dimensão do progresso regional. Da mesma forma, esta “visão de mundo” marcou - para sempre - a história das instituições museológicas deste país.

Tanto o Museu Paraense Emílio Goeldi (Belém, Pará) pode ser visto como um dos frutos do enriquecimento regional, em função do ciclo econômico da borracha, quanto o Museu Paulista é identificado como um dos produtos gerados por São Paulo e seus cafeicultores.

Merece destaque, também, o fato de que nesta época o Brasil já era alvo das coleções de instituições estrangeiras e o surgimento dos museus deste país coincide com a vinda de cientistas, como Carlos Frederico Hartt, Emílio Goeldi, Hermann von Ihering e outros (ELIAS, 1992, op. cit..).

Segundo Schwarcz (1989, p. 21)... “A formação e a instituição de museus no Brasil devem ser situadas no interior de um movimento maior ao qual Sturtevant (1985) deu o nome de A Era dos Museus. A partir de fins do século XIX e até meados da década de 1920, inicia-se o período de apogeu de um tipo de instituição que passou a cumprir papel cada vez mais relevante enquanto local de ensino e produção científica”

A mesma autora, referindo-se especialmente às três instituições já mencionadas, aponta que, no período entre os anos 1870 e 1930, estas conheceram o nascimento, apogeu institucional e decadência. Deve ser acrescentado, ainda, que nesta época os museus brasileiros abrigaram pesquisadores das grandes instituições européias

e discutiram (principalmente através das publicações) os temas científicos, em consonância com os grandes centros de pesquisa.

Esse esforço, que somente nos últimos anos tem merecido análises mais detalhadas (SCHWARCZ, 1989; ELIAS, 1992 e LOPES, 1993), pode ser identificado como uma evidente tentativa de tirar o país do obscurantismo, por meio da catalogação, estudo, guarda e demonstração de suas características sócio-ambientais.

Entretanto, as raízes fincadas pela colonização, conseguiram, neste processo, mais um aliado. Os museus serviram, também, para separar o universo cultural da elite (erudito), do universo de vida (popular) das camadas menos favorecidas da população. Como afirma Bosi (1992, p. 59), “O desentendimento parece, aqui, estrutural. O critério erudito em causa conhece uma história própria, que mergulha nas lutas culturais da matriz européia: é a oposição entre as Luzes com seus padrões neoclássicos e o obscurantismo barroco, devoto e semipopular, visto sumariamente como um fato a ser superado. O espírito dessa luta, quando penetra a ideologia da classe dominante no país colonizado, se manifesta sob a forma de julgamentos cortantes dos outros estratos culturais, não só puramente populares como também os que se exprimem na fronteira entre o iletrado e o culto. O elitismo se tornaria, assim, um componente inarredável do processo ideológico latino-americano na medida em que as idéias gerais da evolução, progresso e civilização não se casavam com valores da democracia social e cultural. O gosto oficial do século XIX e do começo do século XX separou, por força da própria divisão de trabalho e de poder, os valores do colonizador e os do colonizado, decaídos a não-valores. Assim, o colonizado vive sempre ambigualmente o seu próprio universo simbólico tomando-o como positivo (em si ) e negativo ( para outro e para si como introdução do outro)”.

A sociedade brasileira, deste século, herdou esta visão dúbia em relação aos museus: ao mesmo tempo em que trouxeram “progresso” e “futuro”, não evidenciaram o seu cotidiano. Portanto, dificultaram a compreensão e interação com esses centros do saber.

As três primeiras instituições criadas no Brasil mantiveram, desde o início, coleções arqueológicas envolvidas nos horizontes de interesses da História Natural e, assim foi, durante todo o período de apogeu dos museus científicos, ou seja: até a década dos anos trinta deste século.

O avanço nas especializações científicas, que foi compartimentando o conhecimento, é responsável por uma sensível mudança neste quadro. Por um lado, as áreas foram assumindo autonomia disciplinar, como foi o caso da Zoologia, Geologia e Botânica, por outro, o grande impulso voltado para a Antropologia privilegiou os grupos indígenas vivos.

Assim, tem início a trajetória de coadjuvante institucional que pode ser imputada à musealização da Arqueologia no Brasil.

Com exceção do Museu Paulista, que iniciou sua decomposição ainda na década de 1930, os outros três museus citados mantiveram suas coleções e pesquisas voltadas aos recursos naturais deste país e à cultura material dos grupos humanos brasileiros e mesmo de outras regiões.

Inicialmente, como já foi apresentado, esses museus foram constituídos em torno de um modelo importado da Europa e Estados Unidos e sem nenhuma vinculação com as tradições da população local. Abrigaram diversos pesquisadores (exploradores, naturalistas, cientistas) estrangeiros, empenhados em estudar a fauna e flora do Novo Mundo, como também em investigar a diversidade cultural das sociedades nativas, ao longo do tempo e do espaço.

Embora muitas coleções tenham sido levadas para outros países, a presença desses pesquisadores acabou incentivando novas gerações de estudiosos brasileiros.

Entretanto, mais tarde, essas instituições tiveram que dividir seu espaço central com universidades e instituições de pesquisa; foram alvo das acirradas disputas regionais - configuradas acima de tudo na criação dos Institutos Históricos e Geográficos - e assistiram (com maior ou menor participação) às mudanças ocorridas no, então, jovem país republicano.

Outro aspecto que deve ser apontado neste trabalho, prende-se às estruturas mentais que estiveram à frente desses processos museológicos. Como já foi apresentado, as mentalidades de diretores ou de pesquisadores conduziram os caminhos destas instituições em diversas partes do mundo. No Brasil, ocorreu o mesmo. Margaret Lopes, em sua tese “As Ciências Naturais e os Museus no Brasil no Século XIX” esmiúça essa problemática, entre tantos outros temas. A autora afirma que, ...“Buscando sua inserção no mundo civilizado, no movimento internacional dos museus, na comunidade científica européia e americana, os diretores dos Museus brasileiros buscaram seus referenciais, quer para seus trabalhos em seus campos específicos de conhecimentos científicos, quer para suas idéias museológicas nos seus países de origem, onde estudaram ou naqueles que se constituíram nos Museus e centros de investigação mais afamados no século passado” (1993, p. 338).

A partir desse momento, ou seja, desde o início de suas vidas, os museus foram rivais. Este século marcou poucas e imperceptíveis parcerias, como já foi apontado na Introdução.

Alfredo Mendonça de Souza, em seu trabalho “História da Arqueologia Brasileira”, evidencia a importância de Ladislau Netto para os estudos de Arqueologia no Brasil. Esse

pesquisador que estudou em Paris com Boucher de Perthes, e defendeu as pesquisas sobre o passado deste país, afirmou: ...“Desde o ano de 1867 que tenho empregado a maior diligência em reunir no Museu Nacional o material que podesse ministrar suficiente base ao estudo dos primitivos habitantes do solo brasileiro. Na falta de eficazes elementos em que se achava e ainda hoje permanece este Museu, um só meio se me deparou desde então capaz de auxiliar-me em semelhantes instantes. Esta foi a imprensa diária, à qual recorri, de facto, desde aquelle anno de 1867, despertando a atenção pública em favor de tão attrahente e valioso assumpto” (1991, p. 66).

As palavras de Ladislau Netto, ainda segundo Mendonça, despertaram um grande interesse da opinião pública e o apoio integral da Corte. Entretanto, revelaram a situação difícil em que já se encontrava o mencionado museu.

Todavia, Ladislau Netto, que para muitos é o pai da Arqueologia neste país, pode ser considerado, também, como o símbolo de um efêmero momento de relevância desta área de conhecimento nos museus brasileiros. Assim, com grande apoio do poder imperial, diversas expedições à Amazônia foram concretizadas, em 1882 foi organizada a importante “Exposição Antropológica Brasileira”, as pesquisas nos sambaquis foram impulsionadas, entre outros aspectos. E este cientista chegou à direção do Museu Nacional e lá permaneceu de 1875 a 1893. É evidente, para olhares atuais, a importância de Ladislau Netto para o desenvolvimento da Arqueologia no Brasil, mas a recente historiografia sobre museus brasileiros tem apresentado outras possibilidades de leitura. O minucioso trabalho de Margaret Lopes, já mencionado, revelou que durante a gestão do referido cientista, o Museu Nacional manteve quatro Seções Científicas, sendo que a quarta e última correspondia à “Numismática, e Artes Liberais, Arqueologia e Usos das Nações

Modernas”. Da mesma forma, este trabalho indicou que a grande ênfase voltou-se, sobretudo, para a numismática e objetos correspondentes à Antiguidade Clássica.

As coleções do Museu Nacional foram enriquecidas com doações da Amazônia, com vestígios dos sambaquis de Santa Catarina e São Paulo e materiais distintos, oriundos de diversas regiões do país. Neste período (1870), o museu apresentava: ...“dez salas de exposição: do andar superior do edifício, a primeira sala (nº 1) era ocupada pela biblioteca (ainda não aberta ao público). No segundo salão (nº 2) estavam as coleções zoológicas de mamíferos e pássaros; na primeira e segunda saletas da entrada (nº 3 e 5) o gabinete geológico das rochas brasileiras, organizadas por províncias no interior dos armários; o terceiro salão (nº 4), que correspondia às três grandes janelas centrais do prédio era ocupado desde a fundação do museu pela coleção mineralógica, outra saleta (nº 6) abrigava as antiguidades pompeanas e autóctones; a sala nº 7 continha parte da coleção de numismática e objetos etnográficos da África, da Nova Zelândia, da Índia, dos Esquimós, das Ilhas Alentas e de Sandwich; a saleta nº 8, as antiguidades egípcias. A sala nº 9 era ocupada por variadas coleções numismáticas, arqueológicas, etnográficas e objetos das artes liberais. O salão nº 10 abrigava a coleção de botânica e no pavimento inferior, a única sala aberta ao público exibia a maior parte das coleções zoológicas, a coleção teratológica e, provisoriamente, parte da coleção paleontológica” (LOPES, 1993, p. 124).

Esta descrição da apresentação museológica do Museu Nacional, “no auge de sua atuação”, revela aspectos que devem ser destacados. Em um primeiro momento, percebe-se que esta divisão dos sentidos e significados correspondia a uma ordem internacional, que separava e catalogava o universo então conhecido. Em um segundo momento, constata-se a inserção dos vestígios

arqueológicos neste complexo mundo dos semióforos. É verdade que, nesta época, a Europa principiava as descobertas pré-históricas e os museus de Arqueologia, ainda estavam tentando entender a inserção desses vestígios em um painel cronológico, repleto de fragmentos de esculturas, vasos, afrescos e estelas funerárias da Antiguidade. É curioso observar, a partir desta descrição, que ainda hoje, esta apresentação - ou fragmentos dela - pode ser vista neste museu.

Enquanto o Museu Nacional cresceu no seu afã catalogador, outros museus foram criados e mantiveram com ele um estimulante contato, que foi, desde a organização de expedições, até intercâmbio de coleções. O referido museu chegou a enviar diversas coleções para instituições em Alagoas, Goiânia, Pernambuco, Paraná, Amazonas, Bahia e São Paulo.

“Essa proliferação de museus e as reformas do Museu Nacional, por um lado, foram frutos da consolidação de diferentes elites locais e de iniciativas científicas regionais e integraram o conjunto de medidas implementadas pelo surto de desenvolvimento material do país do final do século, que incorporou a valorização da ciência como prática concreta e como instituição social na remodelação da face do país (FIGUEIRÔA, 1992, p. 91)”. Por outro, integraram o movimento de museus a nível internacional, ... “que também se renovava em consonância com as mudanças de paradigmas pelas quais passavam as Ciências Naturais, nesse final de século. Nesses contextos, marcados pela expansão das diferentes áreas disciplinares e instituições científicas e pelo incremento da especialização e profissionalização dos técnicos e cientistas, os museus brasileiros estiveram de sobremodo atuantes” (LOPES, 1993, op. cit., p. 168 e 169).

No que diz respeito à Arqueologia é possível afirmar que, as dezenas de instituições que se espalharam pelo país

mantiveram coleções desta natureza, como também, cresceu o número de colecionadores particulares.

A sempre citada “Exposição Antropológica Brasileira”, organizada no Rio de Janeiro, em 1882, reservou um considerável espaço para apresentação de objetos arqueológicos. Desta forma, de acordo com o Guia da Exposição, a “Sala Lery ...contém boa parte de fragmentos de louça antiga do Amazonas exumada pelos sñrs dr. Ladislau Netto, Derby, Ferreira Penna e Rhome, e dos sambaquis do sul retirados pelo professor Hartt, engenheiro Freitas e dr. Galvão e outros exploradores” (segue a apresentação de 39 fragmentos). A “Sala Hartt, exclusivamente ocupada por productos cerâmicos antigos, encerrada as coleções ultimamente organisadas pelos sñrs. dr. Ladislau Netto, Derby, engenheiro Gonçalves Tocantins e especialmente pelo digno correspondente do Museu Nacional Domingos Soares Ferreira Penna, além de alguns vasos exumados pelo dr. José Lustosa da Cunha Paranaguá, e de outros expostos pelos Museus Paraense e Paranãense e Instituto Archeológico Alagoano” (segue a apresentação de 207 objetos). Este guia indica, ainda, uma sala para vestígios ósseos, outra para material arqueológico do Perú e Guiana Holandesa - de propriedade do Imperador. Ainda, na “Sala Gabriel Soares acham-se expostos muitos productos da arte plumaria brasileira, adornos, tecidos e vestes de muitas tribus do Brasil. Nella estão igualmente as colleções archeolithicas do Museu Nacional, da sñra. d. Amélia Machado Cavalcanti de Albuquerque e dos sñrs. cons. Caminhoá, J. Barboza Rodrigues e Tommaso G. Bezzi” (segue a apresentação de 170 objetos).

Esta separação dos grupos de artefatos, implica - para os olhos de hoje - na compreensão partilhada do patrimônio

arqueológico, por meio das concepções dos acervos arqueológico-artísticos e arqueológico-tecnológicos, já mencionadas.

No Brasil, até bem pouco tempo, a forma de apresentar isoladamente os objetos, destacando a sua raridade e opulência estética (concepção arqueológico-artístico) ficou consagrada. É possível, ainda hoje, constatar esta afirmação em alguns museus, sobretudo, no Museu Nacional.

Neste sentido, as conquistas deflagradas por Boas e Rivière, como já foi apontado, demoraram muitas décadas para influenciar os museus brasileiros.

É importante reproduzir, neste trabalho, o texto de apresentação da citada exposição antropológica, pois ele revela muito sobre as mentalidades que orientaram os museus na passagem do século.

“O presente guia menciona apenas de modo mui conciso, sem nomes indigenas e por grupos, os objectos que constituem a Exposição Anthropológica Brasileira, dando com tudo indicações de muitos dos artefatos expostos e bem assim dos quadros a oleo e das gravuras, estampas e photographias que não são accompanhadas de títulos. Nestas indicações teve-se o cuidado de mencionar sempre ao lado do nome do Museu Nacional como expositor o das pessoas que prestando todo o interesse ao mais bello e util festival até hoje realizado pelas Sciencias naturaes no Imperio do Brasil vierão trázer-nos o seu modesto ou poderoso apoio. É esta a razão pela qual ao lado do expositor de um unico objecto acha-se muitas vezes associado ao d’este Museu

que apresenta no mesmo grupo dezenas de objectos analogos. Quanto aos nomes dos doadores sendo elles os que perfeitamente interpretarão o verdadeiro e nobre intento d'este certamen que não é simplesmente expôr os artefactos e os documentos ethnographicos relativos aos nossos indígenas, mas reunil-os num só repositório público e ali, como presadas relíquias, offerecê-las ao culto da Sciência, é evidente que a esses nomes cabe logar de benemerencia, no catalogo da Exposição o qual, illustrado de numerosas xylographias e de muitas estampas lithogravadas, só poderá apparecer mais tarde, circumstancia esta que facilitará felizmente a inclusão neste documento dos objectos só por ultimo recebidos no Museu Nacional.”

Este texto pode ser compreendido como a síntese deste século e meio de museus no Brasil. Por um lado, esboçou implicitamente o papel central, nas questões museológicas, que o Museu Nacional sempre exigiu para si. Por outro lado, as palavras expõem a vinculação estreita e até uma certa euforia desta instituição, em relação ao poder imperial. É importante destacar, também, a visão sagrada que se tinha em relação à produção científica e como os museus serviam bem a este propósito, apesar de serem considerados locais públicos.

As últimas palavras dessa apresentação revelaram problemas na consecução desses trabalhos, algo que se perpetuou nas estruturas das instituições museológicas, até os dias de hoje.

Os museus brasileiros entraram neste século, com coleções arqueológicas provenientes de coletas assistemáticas, como

locais de ensino e produção científica, como depósitos de objetos ordenados, atuando a partir de uma perspectiva enciclopédica, evolucionista e classificatória.

Apesar das similaridades, entre essas três instituições estruturadoras das idéias e imagens que se têm até hoje, neste país, sobre museus científicos - muitas diferenças marcaram suas distintas atuações. O Museu Nacional contou com grande apoio do Império, inclusive recebendo doações de coleções estrangeiras. O Museu Paraense Emílio Goeldi dedicou-se à uma abordagem regional, atuando como uma porta para compreensão da região amazônica. O Museu Paulista reuniu coleções ecléticas com o objetivo de agradar as exigências da elite local.

Nas décadas que permearam a passagem do século, esses museus tiveram posturas semelhantes, no que diz respeito à contratação de cientistas e contatos diretos com as instituições estrangeiras. Este período registrou, sobretudo, as divergências entre os profissionais dos referidos museus, especialmente entre seus diretores (SCHWARCZ, 1989).

Passados os primeiros impactos causados pelas lutas republicanas e pela própria proclamação da República (1889) - que trouxe outra ordem política - as instituições científicas, que se ressentiram a princípio com estas mudanças, orientaram seu foco de interesse para outros temas.

A partir da década de trinta, as questões nacionais passaram a merecer atenção de muitos intelectuais, diversas instituições museológicas foram criadas, leis preservacionistas foram promulgadas e a formação profissional para a área de museus foi intensificada.

Se a atenção anterior estava voltada para a identificação e análise das características ambientais e culturais que

davam ao Brasil um perfil muito singular, a partir do período acima mencionado, o interesse científico voltou-se para os indicadores que, a partir destas particularidades, poderiam constituir a nação brasileira. Distanciando-se, assim, muito das sociedades nativas e do passado pré-colonial.

Um revelador levantamento elaborado por Laurence Vail Coleman, e publicado pela American Association of Museum, em 1929, apontou a existência de coleções arqueológicas apenas no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, no Museu Histórico Nacional e no Museu Nacional, ambos no Rio de Janeiro.

Esta estarrecedora omissão de coleções arqueológicas, se por um lado, aponta para um olhar ainda naturalista para os bens arqueológicos, ou mesmo capaz de confundí-los com os objetos etnográficos, por outro lado, registra o papel de coadjuvante que as coleções referentes ao passado pré-colonial têm ocupado no cenário museológico nacional.

Cabe, ainda, destacar que esta publicação menciona que no Museu Histórico Nacional ...“The Section of Archaeology and History occupies most of the space. Archaeology is not developed since that field is covered by the National Museum” (1929, p. 58). Quanto ao Museu Nacional, além de indicá-lo como “leader in the Scientific life of Brazil, and is one of the very important museums of South América”, salienta que ... “is notable for its research, exploration, publication and educational work, and also it is to be credited for many activities of which it was the parent” (1929, op. cit., p. 60).

Na mesma época em que este relatório foi feito, incentivou-se a criação e proliferação dos museus históricos e, em seguida, dos museus de arte. Nestes museus, os acervos arqueológicos

ou eram inexistentes ou ficaram deslocados. Muitos museus foram desmembrados e, neste processo, que impulsionou a saída das coleções de Ciências Naturais, outros tantos museus de Geologia, Botânica e Zoologia, foram criados. Assim, durante algum tempo, os objetos arqueológicos sucumbiram ao ostracismo, ocasionado por uma nova ordem científica.

Na década de trinta, em São Paulo, alguns jovens políticos, jornalistas e artistas protagonizaram um dos movimentos preservacionistas mais importantes deste século.

Esses moços paulistas, dentre os quais, destacaram-se Mario de Andrade e Paulo Duarte, dedicaram muita energia na preparação de um plano para a estruturação do Departamento de Cultura da cidade de São Paulo, que cobriu desde os vestígios arqueológicos até parques infantis. Estas idéias que começaram em saraus culturais, passaram por partidos políticos e revoluções e terminaram em exílios, aqui, e fora do país, contribuíram para a compreensão definitiva da problemática que está na base de qualquer trabalho preservacionista, ou seja:

- visão abrangente em relação aos múltiplos vestígios e indicadores da memória nacional.
- estímulo à preservação e elaboração de legislação própria a esta forma particular de construção das identidades.
- incentivo à ação e animação como método para a transmissão e preservação dos valores culturais.
- parceria entre projetos culturais, processos políticos e construção da idéia de cidadania.

No livro “Mário de Andrade por ele mesmo”, o autor Paulo Duarte, apresenta um conjunto de cartas que revela as intenções que, durante quase duas décadas, envolveram os projetos e as ações

desses criadores de instituições. No prefácio, Antonio Cândido lembrou que ... “Embora as circunstâncias de ordem social sejam decisivas, elas só se configuram em produto significativo e atuante segundo a carne e a mente dos homens que vivem o processo social. É possível dizer que, nos decênios de 1920 e 1930, outros homens teriam desempenhado as tarefas requeridas pelo momento; mas seria ridículo pretender que outros homens tivessem feito tanto e tão bem. Com a passagem do tempo, há de se avaliar devidamente a importância da sua contribuição; mas desde já é possível compreender que eles deixaram no seu país um sulco definitivo, na política, na educação, na leitura, nas artes, no movimento geral das idéias e (é o que sobressai neste livro) no estabelecimento de instituições culturais. ...A amizade descrita neste livro, através de uma correspondência fascinante e do relato de uma luta ombro a ombro pela cultura, pode ser vista como documento desse processo de integração das conquistas, artísticas, intelectuais e científicas ao próprio ritmo de vida do Brasil contemporâneo... Por isto, de certo modo o fulcro do presente livro é a história do Departamento de Cultura, feito para pesquisar, divulgar e ampliar ao máximo a fruição dos bens culturais” (CÂNDIDO, 1977, p. XIII e XVI).

Todo esse movimento de São Paulo tentou impulsionar a criação de museus, alterar os caminhos do Museu Paulista - então nitidamente um museu de história - e estabelecer as bases legais para a preservação patrimonial. Não conseguiu. O golpe getulista que implantou o Estado Novo, em 1937, destruiu essas iniciativas, expulsou do país vários de seus intelectuais e “exilou”<sup>11</sup> Mário de Andrade no Rio de Janeiro. Mas as sementes foram muito resistentes e, ainda hoje, as idéias desta geração têm sido revisitadas.

---

(11) Esta idéia pertence a Moacir Werneck de Castro, que a colocou no título do seu livro sobre o período de permanência de Mario no Rio de Janeiro (Castro, 1989)

É importante mencionar que Paulo Duarte, uma vez exilado na França, foi trabalhar com Paul Rivet no Musée de l'Homme e conviveu com os outros “moços”, já mencionados neste trabalho.

Enquanto Mário de Andrade tentou intervir em uma política de preservação nacional, no glorioso e decantado período Capanema, que ao mesmo tempo traçou a sua linha de atuação e impôs os tentáculos do Estado Novo nas esferas culturais, vários Museus Nacionais<sup>12</sup> foram instituídos a partir deste momento.

É possível arriscar e afirmar que este período representou - em função de uma conjuntura - um momento de trevas e obscurantismo para a musealização da Arqueologia no Brasil. Por um lado, as já mencionadas grandes instituições estavam sendo confrontadas no mundo todo, definitivamente, pelas especializações científicas e pelos desdobramentos dos museus em instituições monográficas. Neste movimento, os vestígios arqueológicos deixaram de “fazer parte” das Ciências Naturais e ainda não tinham conseguido estabelecer parcerias com os objetos etnográficos. Por outro lado, os planos museológicos nacionalistas, envolvidos em uma política cultural nunca vista no país, não orientaram as suas intenções para a preservação, apropriação e extroversão dos vestígios pré-coloniais. A nacionalidade começou a ser talhada, por diversos museus, com forte apoio estatal, sem levar em consideração a memória arqueológica.

A partir desse momento, teve início um processo em duas direções. Nas grandes instituições, as coleções arqueológicas ficaram, por muito tempo, relegadas para um segundo plano e muitas estão até hoje perdidas nas reservas técnicas.

Cabe lembrar que, desde 1936, Mário de Andrade foi cotejado pelos intelectuais mineiros que estavam à frente do “processo

---

(12) Museu Imperial, em Petrópolis; Museu da Inconfidência, em Ouro Preto; a revitalização do Museu Histórico Nacional, entre outros.

Capanema” e, neste sentido, encaminhou seu Ante-projeto de Criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional, que previa a implantação (ou reestruturação) de quatro museus nacionais, apoiados em quatro livros de tombamentos. Um desses segmentos deveria contemplar o patrimônio arqueológico e etnográfico, que, para a compreensão de seu autor, correspondia às artes arqueológica, ameríndia e popular.

É evidente que esta proposta estava apoiada nas idéias, já mencionadas, do grupo paulista e, como foi depois constatado, foram alteradas sumariamente por ocasião da criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional em 1938.

Entretanto, a título de exemplo, é importante reproduzir neste trabalho, uma carta que Mário de Andrade enviou a Rodrigo de Mello Franco de Andrade, então coordenador do projeto que implantou o referido Serviço do Patrimônio. Como afirmou Lélia Coelho Frota, ...“De 1936 a 1945, ano de sua morte, Mário de Andrade manteve com Rodrigo Mello Franco de Andrade correspondência regular, que ficou arquivada na Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Razão principal destas cartas, que corre paralela à sólida amizade que ligava Mário e Rodrigo, dois intelectuais que maior responsabilidade demonstraram neste país pela dupla função de escritor e de homem público que exerceram: a organização e a estabilização de um serviço destinado a proteger e estimular a manutenção e a divulgação dos bens culturais brasileiros” (1981, p. 21).

Esta “organização” e “estabilidade” que quase destruíram a sensibilidade de Mário de Andrade, como atesta a sua vasta correspondência já publicada, revelou, também, alguns aspectos interessantes sobre as razões que consolidaram alguns caminhos e

descaminhos institucionais. Assim, este “multiplicado autor de Macunaína” escreveu:

**“S. Paulo 29-7-36**

**Meu caro Rodrigo**

Li seu projeto de lei que achei, pelos meus conhecimentos apenas, ótimo. Aliás, preliminarmente é preciso que eu lhe diga com toda a lealdade que dado o anteprojeto ao Capanema, eu bem sabia que tudo não passava de Anteprojeto. Vocês ajudem com todas as luzes possíveis a organização definitiva, façam e desfaçam à vontade, modifiquem e principalmente acomodem às circunstâncias, o que fiz e não tomou em conta muitas circunstâncias porque não as conhecia. Não sou nem turrão nem vaidoso de me ver criador de coisas perfeitas. Assim não tema jamais me magoar por mudanças ou acomodações feitas no meu anteprojeto.

O caso por exemplo do museu etnográfico é típico. Dou toda a razão a d. Heloísa... em última instância. O que fiz foi teoria e acho bom como teoria. Sustentarei minha tese em qualquer tempo. Um Museu Etnográfico deve estar separado dum museu de história natural. Se um organismo e se os burocratas desse organismo forem, não digo perfeitos, mas apenas bem intencionados e eficientes, um museu de história natural não recusará nunca sua colaboração eficaz a outro de etnografia que a pedir.

Mas sucede hélas que a qualquer pedido de colaboração, os nossos organismos ficam enciumados, ou não colaboram ou colaboram de má vontade. Hoje sei disso com terrível melancolia. Entre nós: no início do meu Departamento me veio a idéia de ajuntar no Brasil cópias de todas as músicas de índios brasileiros existentes em museus e arquivos estrangeiros. Há certamente deles na Alemanha e parece que nos Estados Unidos também.

Com virgindade e abundância de coração, ofereci colaboração ao Museu Nacional, propondo-lhe ficar com as glórias da iniciativa, tanto mais que tinha mais completas e federais credenciais pra conseguir o desejado. Até hoje nada se fez, mais de um ano já passou e a própria d. Heloísa, que respeito e admiro enormemente, não achou tempo pra escrever um ofício a Berlim, iniciando as negociações. Ela tem perfeitas razões em saber que a colaboração entre organismos diversos é ineficaz...

Concordo pois inteiramente com as razões técnicas que ela dá como início da carta. Com o resto da carta não posso de forma alguma concordar. Imaginar mesmo em ponto de dúvida que eu penso que um museu é apenas colecionar objetos, só não é ofensa porque não tenho vontade de ficar ofendido. Achar que o SPAN é sentimental, pra se defender de não querer reorganizar o Museu Nacional, não pode provir da verdadeira Heloísa

Alberto Torres. O SPAN é um organismo de todo em todo cultural com forte base econômica. Achar isso sentimental é desvirtuar a própria essencialidade da coisa.

Mais outro argumento curioso: D. Heloísa ao entender Etnografia, pelas suas próprias especializações, só pensa em “etnografia ameríndia”, ao passo que eu, pelas minhas especializações, entendo principalmente “etnografia popular”. Se não me engano, no meu trabalho mostrei que a etnografia ameríndia, podia estar ajuntada à arqueologia. E tudo isso não fará um desgraçado mal que fique no Museu de História Natural que é o M. Nacional. Mas a Etnografia do nosso povo brasileiro, tem creio que só uma sala no M. Nacional, e essa é a parte pra mim mais importante, os Ameríndios pertencendo principalmente à ciência pura, e o povo brasileiro em seus costumes e usanças e tradições folclóricas, pertencendo à própria vida imediata, ativa e intrínseca do Brasil. Não dei, nem me cabia dar, a organização interna e detalhada de cada museu, mas imagine um museu etnográfico fornecendo modelos de decoração, processos de fazer rendas, chapéus de palha etc. música e danças etc., generalizando, entradiciona-lizando, protegendo contra o progresso mortífero etc. Não é só expor (a coisa me está doendo...) mas agir. Minha biblioteca infantil tem um coral que está cantando a Nau Catarineta com músicas nordestinas; minha

Discoteca está gravando Carlos Gomes, e filmou danças populares de Mogi das Cruzes.

Minha Documentação Social está com filmes tirados especialmente entre índios de Mato Grosso, pra nós. Minha divisão de Expansão Cultural está com um curso prático de etnografia, ensinando como se colhe documentos. E assim é. E cansei. Um Abraço do Mário” (1981, op. cit., p. 60 e 61)

Esta carta denunciou, evidentemente, que a administração científica do Museu Nacional reagiu negativamente às idéias e intenções da nova ordem institucional proposta por Mário. É interessante destacar a forma como o autor defendeu as suas idéias, esboçando a necessidade de um planejamento estrutural para as questões patrimoniais, que pudesse extrapolar certas conjunturas. Da mesma forma, aparecem as disputas e rivalidades que, como já foi mencionado, selaram para sempre o relacionamento entre instituições neste país.

O mais importante, no entanto, é o fato de que, através dessas palavras e de tantas outras, esse genial intelectual demonstrou suas idéias e, mais do que isso, seu interesse pelos museus.

Nos anos que se seguiram, o universo museológico brasileiro não experimentou mais a parceria e a convivência dos grandes nomes nacionais. É importante destacar que a trajetória dos museus se ressentiu e muito destas ausências.

Nos anos cinquenta, lentamente, novos museus de Arqueologia foram constituídos em algumas partes do país.

A partir desse momento, o país passou a ser decifrado arqueologicamente por equipes estrangeiras - especialmente - francesas e norte-americanas. Estes “programas” ou “missões” -

dependendo da origem - tiveram uma singular importância para o encaminhamento das estratégias de pesquisa e formação de pessoal, mas pela própria origem, não tiveram grandes envolvimento com as instituições museológicas. O tratamento e a comunicação dos vestígios recuperados, a partir de grandes intervenções arqueológicas, não foram considerados como prioridades.

Neste período, surgiram instituições como o Museu de Arqueologia e Etnologia de Paranaguá<sup>13</sup>. Após mais de três décadas de tentativas frustradas para instalar um museu nas dependências do Colégio dos Jesuítas - grande monumento da arquitetura do século XVIII, o esforço de José Loureiro Fernandes, arqueólogo e preservacionista, levou a Universidade Federal do Paraná a assumir esta instituição e abrigá-la no seu quadro de ensino, pesquisa e prestação de serviços à comunidade.

É importante frisar que, a partir desse momento, diversas universidades abrigaram ou criaram instituições arqueológicas. Esta afirmação indica um outro viés da problemática abordada. O envolvimento com a universidade (ou pelo mundo universitário), revelou-se como mais um elemento que afastou os museus de Arqueologia para um espaço coadjuvante. Como afirmou De La Penha (1993)<sup>14</sup> ...“À medida em que os arqueólogos e etnólogos tornavam-se mais acadêmicos e tendiam às recém estabelecidas universidades, observamos o início do esvaziamento dos museus e o conseqüente desprestígio das coleções científicas. Essa guinada para as universidades ocorreu acompanhada por mudanças teóricas resultando na abertura de novas áreas de estudo, muitas vezes com maior visibilidade e status científicos”.

---

(13) esta instituição surgiu com o nome de Museu de Arqueologia e Artes Populares.

(14) Essas afirmações constam do texto apresentado pela autora, no âmbito do Simpósio “O processo de comunicação nos Museus de Arqueologia e Etnologia” - MAE/USP.

A Universidade de São Paulo, na década de sessenta, abraçou duas instituições já existentes, o Museu Paulista e o Instituto de Pré-História e criou o Museu de Arte e Arqueologia. É curioso frisar que estas instituições, embora paulistas e vocacionadas para as ciências humanas, trouxeram olhares muito distintos sobre os mesmos fenômenos. O Museu Paulista, como já foi visto, surgiu como um museu enciclopédico, foi decomposto ao longo do tempo e embrenhou-se em projetos de escavações arqueológicas, por exemplo, como o Projeto Paranapanema. O Instituto de Pré-História foi consolidado a partir de experiências guerrilheiras de Paulo Duarte à frente da Comissão de Pré-História de São Paulo, criada a princípio para a preservação patrimonial dos sambaquis litorâneos. Quando esta instituição entrou para a esfera universitária, o fez com a intenção de criar o Museu do Homem Americano. Entretanto, os descaminhos universitários implodiram este projeto. O Museu de Arte e Arqueologia, surgiu a partir do apoio do mecenas Francisco Matarazzo Sobrinho, que teve a idéia de criar no Brasil um museu... “onde se tornasse possível, através de peças originais e réplicas, desenvolver-se entre as nossas novas gerações um conhecimento amplo, e sobre bases científicas, das civilizações mediterrâneas” (catálogo MAA-1964:1). Posteriormente, este museu reuniu coleções africanas e brasileiras e alterou seu nome para Museu de Arqueologia e Etnologia. A problemática museológica que envolveu estas três instituições será alvo de análise pormenorizada em outra parte deste trabalho.

Esse movimento arqueológico-universitário, se, por um lado, garantiu a pesquisa, por outro, estrangulou as atribuições museológicas. A universidade, no Brasil, ainda não abriu espaço para a compreensão das particularidades e potencialidades dos museus. Toda a lógica acadêmica tem se mostrado adversa para com os

museus. Esta tendência cresceu, consideravelmente, nos anos setenta e oitenta e, paulatinamente, as estruturas arqueológicas universitárias, abandonaram a identidade museológica e se auto-definiram como institutos, núcleos, laboratórios, centros, ou simplesmente, departamentos. Esta perda da identidade museológica tem grande responsabilidade nas questões inerentes à comunicação arqueológica.

Neste sentido, o processo curatorial termina na análise e guarda dos vestígios e, evidentemente, na preparação dos exigidos trabalhos acadêmicos. As exposições, quando existem, raramente têm sido elaboradas a partir de princípios museológicos. A musealização do patrimônio arqueológico, da posição de coadjuvante, passou a ser abandonada.

Deve ser ressaltado, também, o outro lado desse processo. Na medida em que os museus foram se tornando universitários, ficaram isolados do circuito federal ou estadual da política museológica brasileira.

Por exemplo, todo apoio concedido aos Museus Nacionais e outras instituições do IPHAN/DPHAN/SPHAN/Fundação Nacional Pró-Memória/IBPC<sup>15</sup>, todas as reformas estruturais e administrativas e as múltiplas formas de intercâmbio cultural não têm atingido os museus universitários.

A partir da década de sessenta, a UNESCO patrocinou a vinda de profissionais da área museológica que realizaram avaliações sobre diversas instituições brasileiras. Em uma primeira fase, em 1964, Paul Coremans coordenou os trabalhos que tiveram início a partir de uma análise dos problemas do DPHAN e

---

(15) Estas siglas referem-se aos diferentes nomes que os órgãos federais têm assumido nos últimos cinquenta anos, a saber: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Direção do Patrimônio Histórico Nacional, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural

apontou a necessidade da criação de um Ministério da Cultura. Em uma segunda fase, Jean Favière dirigiu as avaliações que duraram de julho a agosto de 1972 e foram direcionadas para os museus. O relatório elaborado a partir destes estudos revelou diversos pontos que merecem menção.

“Les problèmes muséologiques posés par le Musée National sont extrêmement nombreux tant en raison de sa déplorable situation actuelle que du projet de transfert.

Ils ont été étudiés par Monsieur Jean Gabus. Les décisions à intervenir ne pourront manquer de tenir compte des données ci-après:

- le Musée National est un musée très populaire à Rio; le public qui le fréquente en grand nombre appartient à toutes les classes sociales, même les plus modestes. Si démodée que soit sa formule actuelle, il est un instrument réel de culture populaire. On peut craindre qu'une fois transféré dans les édifices du campus universitaire et isolé de la vie carioque, il perde cette fonction d'éducation permanente qui le rend extrêmement sympathique.
- la recherche par les autorités fédérales des éléments nécessaires à la constitution du Musée de l'histoire et du développement du Brésil dont la création est proposée d'autre part, s'orientera probablement, pour une part, vers les importantes collections de réserve du Musée National” (1972, p. 8).

Este estudo, que analisou instituições do Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais, Brasília e São Paulo, abordou poucas questões relacionadas ao tema desta tese. Apontou a necessidade de fusão dos museus da Universidade de São Paulo que tratam de Arqueologia e Etnologia e, como já foi visto, indicou a situação dramática do Museu Nacional.

Entretanto, devem ser salientados os pontos abordados na conclusão do “Rapport de mission de M. Jean Favière - Les Musées Brésiliens et le developpement social et économique du pays - 1972”<sup>16</sup>

“Pour que les musées brésiliens contribuent réellement au développement social, économique et culturel du pays, ce qui n’est pas actuellement le cas de la majorité d’entre eux, et que, notamment ils participent à l’effort nécessaire d’information et de formation de toutes les catégories de public, il importe que

- les musées existants revoient les perspectives de leurs programmes, généralement très liés encore avec une conception traditionnelle unidisciplinaire du Musée, dans le sens d’une intégration des matériels et des disciplines dont ceux-ci relèvent,
- les musées créés ou projetés ne puissent faire l’objet d’études poursuivies et encore moins entrer dans la voie de la réalisation sans qu’un avis favorable ait été formulé sur l’opportunité de leur création par des instances qualifiées:

---

(16) Estes documentos foram encontrados no Centre de Documentation de l’ICOM-Paris, durante pesquisa por mim realizada em 1991.

- a) de l'Union pour les Musées à la charge d'organismes fédéraux (Ministère de l'Éducation et de la Culture, autres ministères, Universités, fondations d'intérêt national)
  - b) des Etats pour tous les autres musées
- les professionnels de musée soient entraînés, non seulement à un travail scientifique et muséologique, mais aussi à des actions de rayonnement en direction du public, principalement en matière d'éducation et de tourisme grâce à
  - une refonte d'ensemble de l'enseignement muséologique brésilien
  - la création de musées - pilotes.

Le Consultant propose que soient envisagées un certain nombre de mesures qui, si elles étaient retenues par les autorités brésiliennes, pourraient être mise en oeuvre progressivement avec l'appui de l'U.N.E.S.C.O" (1972, p. 25 e 26).

Estas considerações foram acompanhadas de sugestões relacionadas à **legislação patrimonial** (abertura do campo de aplicação), à **administração dos bens patrimoniais** (reorganização geral, elaboração de inventário, programas de salvamento, utilização pública de patrimônio), **plano museológico** (orientação sistemática à criação de novos museus e reorganização dos antigos, redefinição da vocação das instituições) e **formação profissional** (organização de seminários regulares nas diversas regiões do país).

O relatório ainda indicou a necessidade da criação de “museus pilotos”, em escala nacional e regional, e o estabelecimento de um programa de conservação, entre outros aspectos.

Além dessas análises de ordem geral, essa intervenção analítica de profissionais da UNESCO, em relação a nossa realidade patrimonial-museológica, da década dos anos setenta, ainda legou uma avaliação pontual, elaborada por Jean Gabus, sobre alguns museus. Vinculado ao tema deste trabalho, interessa salientar que o Museu Paulista da Universidade de São Paulo foi apresentado como ... “un musée d’histoire qui évoque l’histoire coloniale de São Paulo”, que apresenta “une salle... consacrée... à l’archéologie de São Paulo (poterie foncée des Tupis Guarani)”. Foi apontado, também, que o nível educativo das atividades do museu é insuficiente.

O Museu de Arqueologia e Etnologia e o Museu do Homem Americano foram apresentados da seguinte forma:

**“Musée d’archéologie et d’ethnographie à l’Université**

Bonne collection de Santarem d’environ 300 pièces obtenues par l’aquisition de la collection privés du professeur Ulpiano Bezerra de Menezes. Malheureusement, ces objets ne proviennent pas de fouilles systématiques, si bien que toutes les informations scientifiques, stratigraphiques, typologiques, coupes, etc. sont absentes. Les seuls moyens d’identification restent donc les confrontations typologiques avec des oeuvres identifiées. C’est l’objectif des fouilles en cours à Santarem.

D'autres collections intéressantes présentent la culture Nasca (Pérou) Vicus (Pérou), Chimu (Pérou), Chanca.

Les vitrines employées, l'éclairage, la présentation sont d'un bon niveau. Toutefois, l'information éducative pourrait être complétée à l'aide de textes et de moyens graphiques plus complets.

**Musée de l'homme américain** (A l'Université, section de zoologie).

C'est une petite exposition d'environ 100 m<sup>2</sup>. Il s'agit de l'évolution anthropologique et physique de l'homme présentée par une succession de crânes moulés. Seuls originaux: deux ensembles de Sanbaqui de Maratua (São Paulo) et de Sanbaqui Mar Casado (São Paulo). A part ce matériel, qui mérite l'attention du visiteur, le reste est sommaire, ainsi que les tableaux de l'évolution humaine, qui correspondent à un niveau scolaire, mais nullement universitaire" (GABUS, 1972, p. 5).

A musealização da Arqueologia, ou melhor, os vestígios arqueológicos aparecem nesse relatório, também, em um museu instalado em um Convento do séc. XVII, em João Pessoa<sup>17</sup> (Paraíba) com ...“présentation archéologique déplorable”.

Os museus Paraense Emílio Goeldi e Nacional foram analisados separadamente. O museu de Belém foi visto como uma instituição em crise, com problemas financeiros, de ordem científica e instalado precariamente. Entretanto, este documento revelou a existência de um estudo elaborado por um grupo de trabalho e coordenado pelo diretor da instituição, Paulo Almeida Machado -

---

(17) O autor não indica o nome e nem a localização do referido convento.

“Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Museu Paraense Emílio Goeldi, Plano Diretor, Belém-Pará 1970” - que já havia apontado todos os problemas e sugerido a redefinição de sua atuação em relação à Amazônia, a partir do delineamento de novas linhas de pesquisa e inventário patrimonial. Quanto à instituição do Rio de Janeiro, acima referida, o relatório chamou a atenção sobre a relevância da localização (área de fácil acesso à população menos privilegiada) e apontou o recorrente estado de abandono... “Ces visiteurs appartiennent à toutes les couches de la population et paraissent prendre plaisir à découvrir tous les aspects de la vie, de l’environnement, de la culture, de l’histoire qu’apporte un musée national. Pourtant, l’aspect muséographique du musée, par conséquent présentation, cartes, textes, sont de très mauvaise qualité. Certaines vitrines, dans lesquelles les objets sont tombés ne peuvent plus être ouvertes, les clés ayant disparu, dans d’autres cas, décoloration, présentation très sommaire, éclairage insuffisant ou simplement défectueux et non réparé. Les dépôts sont en petit nombre et insuffisants, aussi bien quant à la place que quant à la méthode de classification” (GABUS, 1972, op. cit., p. 12).

Esses estudos e relatórios estão sendo apresentados, com maior detalhe, em função da relevância dos nomes de seus autores em um quadro internacional sobre museus. Da mesma forma, estes documentos foram elaborados em um período extremamente significativo, tanto para a Arqueologia, quanto para a Museologia, desenvolvidas neste país.

No que diz respeito à Arqueologia é importante lembrar que, nesse momento, diversas equipes estavam começando a trabalhar (em Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, entre outros), proliferando os enfoques e metodologias e abrindo novos horizontes institucionais. Deve ser ressaltado, inclusive, que

apesar das influências estrangeiras, diversos futuros líderes e coordenadores dos, ainda hoje, grandes projetos nacionais, estavam iniciando a sua atuação, com uma característica que marcou para sempre a Arqueologia neste país: o isolamento territorial correspondendo ao isolamento científico (as consagradas trincheiras, aludidas na Introdução). É importante salientar que, a partir desse momento, e com raras exceções, configurou-se mais uma etapa do abandono da Arqueologia, ou seja: as instituições que foram criadas abandonaram a identidade de museu, e com isso sinalizaram, claramente, que tinham o interesse de produzir conhecimento e comunicar-se com seus pares.

A Museologia internacional, por sua vez, estava vivenciando um grande momento, cujo maior símbolo pode ser identificado nas realizações do Seminário de Neuchâtel (Suíça), e do Seminário de Santiago do Chile, patrocinado pelo ICOM/UNESCO<sup>18</sup>, que apontou os caminhos para os museus encontrarem a sua função social. Assim, este período decisivo para as instituições museológicas, assistiu à proliferação dos processos extra-muros, dos museus comunitários, ecomuseus e da consagração do conceito de patrimônio integral. Constata-se, então, que enquanto os estudos da UNESCO estavam sendo realizados, este país estava sustentando o início de um divórcio entre a pesquisa arqueológica e os processos museológicos. As equipes de Arqueologia estavam preocupadas com o seu próprio universo de descobertas, abrindo frentes de pesquisa, esquartejando os sentidos e significados dos conjuntos de vestígios retidos nos solos deste país. As equipes de Museologia, por sua vez, estavam procurando os caminhos do diálogo, da comunicação, da dessacralização, da educação por meio dos museus. Foram rotas inconciliáveis.

---

(18) Este tema será retrabalhado em outras partes deste texto.

É possível afirmar que, este momento registrou atitudes e decisões que marcaram para sempre os caminhos que poderiam ligar a Arqueologia e Museologia.

Deve ser destacado, também, que nos anos setenta, o país sucumbiu aos problemas impostos pela ditadura militar, que atingiram e muito a consolidação de planos na área cultural (IANNI, 1978 e 1979; MARTINS, 1978; ORTIZ, 1985; entre outros).

Ainda para verticalizar este desencontro estruturador dos futuros processos é importante transcrever as conclusões indicadas por Jean Gabus:

## “CONCLUSIONS

Ces conclusions furent présentées au ministre de l'éducation, M. Jarbas Passarinho, au Palais de la culture à Rio, le 4 septembre 1972 à 18 heures, en présence de M. Renato Soeiro, directeur de l'IPHAN.

1. Un séjour d'un mois n'autorise guère de jugement de valeur, sinon quelques constatations et suggestions.
2. Assistons à **prolifération** des musées (niveaux, conception, présentation très différents). La moyenne est plutôt insuffisante. Mais un avantage: les collections existent.
3. Conditions d'entretien difficiles: **budgets d'entretien insuffisants ou non prévus**, dépôts humidité de 90 à 100 degrés, termites. Certains musées ferment leurs portes après deux ans et parfois restent fermés dix ans.
4. Donc revalorisation par **investissements nouveaux en hommes et en argent**, mais en exigeant des musées qu'ils remplissent leurs fonctions:
  - (a) de conservation, restauration
  - (b) de communication par les recherches scientifiques, les publications, les expositions temporaires et permanentes conçues selon exigences de la muséographie moderne.
  - (c) leur rôle éducatif, didactique

- (d) leur collaboration avec les écoles, les universités
  - (e) leur présence enfin - présence de diffusion des connaissances - dans la société, parmi toutes les couches sociales. Quand 50% de la population est illettrée, l'information muséographique dispose des ressources audio-visuelles et du langage de l'émotion.
5. par conséquent: regroupement et concentration des musées, choix, sans négliger l'importance des musées régionaux, foyers de protection et de diffusion des cultures locales, références de leur individualisme.
6. Moyens: argent et **formation** des conservateurs ou directeurs de musées par un **stage** à Rio d'une durée d'un mois, calqué sur le stage pilote Unesco/ICOM organisé en Europe sur le plan francophone à Paris, Bruxelles et Neuchâtel, sur le plan germanophone en Allemagne (Còngres de Munich, organisé par l'Association des musées allemands) pour l'enseignement de la muséologie dans les universités. Expériences continuées en Inde, à Mexico, devraient être poursuivies sur les mêmes bases à Rio.
- Parallèlement: **programme de l'enseignement** de la muséologie dans les universités de Rio, Brasilia, Salvador serait remanié (Projet Lygia et adjonction Unesco). Nous disposons encore dans ce domaine des diverses expériences des

pays de l'Est, qui firent l'objet de congrès à Moscou, Prague ou Brno.

La préparation à ce stage exigerait de chaque participant (une vingtaine) l'envoi, deux mois à l'avance, des problèmes de son institution, avec les données générales sur **les conditions locales** (moyens financiers, et besoins réels). Ainsi, le stage partira de problèmes concrets, marqués par différenciations régionales, donc résultats efficaces parce que réponses des experts seront déjà réfléchies et préparées.

7. Protection renforcée des oeuvres d'art par les mesures juridiques, soit **création** à Rio d'un service spécialisé subordonné au patrimoine.
8. Organisation générale des musées à réexaminer sur base des expériences en cours dans divers pays et des propositions (avec organigramme) des "Colloques" de Neuchâtel (ICOM et UNESCO) concernant les problèmes des musées dans les pays en voie de développement.
9. Brésil dispose de collections remarquables, d'hommes qualifiés. Le reste est organisation, argent et, beaucoup, prise de conscience par l'Etat de **l'importance accrue de la culture** à l'ère des civilisations technocrates. La culture doit rester de qu'elle est de fait: le promoteur de tout progrès" (1972, p. 15 e 16).

Nos últimos vinte anos, apenas alguns esforços de caráter nacional foram empreendidos. Sabe-se que muitas das questões apresentadas nas conclusões acima referidas não foram alvo de

atenção. A normatização da legislação patrimonial (arqueológica) ainda não se preocupou com a extroversão museológica. O órgão federal para esse fim tem passado por sucessivas mudanças de identidade, como já foi apontado, o que dificultou o seu entrosamento com as instituições estaduais, municipais e privadas.

Neste sentido, o cenário brasileiro da Arqueologia musealizada é desolador, pois falta um plano global que proponha à sociedade (ou pelo menos ao público), as explicações da ocupação pré-colonial deste território, de uma forma organizada e sistêmica. São raros, também, os intercâmbios entre instituições, no que diz respeito à troca de exposições, ou quanto ao diálogo sobre metodologias de trabalho de ação educativa.

Apenas alguns museus mantêm em dia as suas reservas técnicas, as suas salas de exposições ou mesmo a sua atuação extra-muros.

O envolvimento mais explícito com a população, pode ser percebido, por exemplo, na atuação de algumas instituições, a saber:

- Museu Paraense Emílio Goeldi (Belém) que vem sistematicamente alterando a sua estrutura, estabelecendo a área de Museologia no âmbito da Difusão Científica, reformulando as suas exposições e ação sócio-educativo-cultural. Neste momento, esta instituição acabou de elaborar um “Planejamento Estratégico” (1993), entendido como um pré-investimento para apoiar e mobilizar a comunidade institucional no fortalecimento do Museu Goeldi como Centro de Excelência. Assim, entre tantas outras alterações de procedimentos e métodos de trabalho, a equipe do museu deu início à preparação da nova exposição de longa duração que tratará a historicidade da constituição da Bacia Amazônica, as inúmeras formas de apropriação e transformação das sociedades humanas que

este território tem sido alvo, e as questões inerentes à preservação da biodiversidade. Com isso, a instituição espera apresentar um discurso expositivo argumentativo sobre os problemas amazônicos que, ao lado da intensa atividade pedagógica e dos projetos extra-muros, colocam esta instituição, mais uma vez, em uma posição de vanguarda.

- Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia (1980), situado no Terreiro de Jesus (Salvador), em um antigo colégio de jesuítas (séc. XVII), possui um dos acervos arqueológicos mais representativos do Nordeste, inclusive os vestígios das primeiras escavações realizadas na Bahia, em 1959, no Sambaqui da Pedra Oca e mesmo as coleções reunidas pelo arqueólogo Valentín Calderón. Esta instituição vem verticalizando as suas linhas de pesquisa e multiplicando a sua atuação educacional e extra-muros.
- Museu de História Natural da Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Arqueologia (Belo Horizonte, 1976) reúne as coleções mais importantes e estudadas da região, tem atuado em alguns projetos expositivos com outras instituições e, no momento, está iniciando a reformulação de sua exposição básica.
- Instituto de Arqueologia Brasileira (Rio de Janeiro, 1961), com atuante presença na liderança científica deste país, esta instituição sempre dispensou especial atenção às suas exposições, bem como vem colaborando com outros museus e desenvolvido trabalhos extra-muros.
- Museu de Arqueologia de Itaipu (Niterói, 1977), surgiu de uma iniciativa da atuação regional do então IBPC, já mencionado neste trabalho. Instalado nas ruínas do antigo Recolhimento de Santa Teresa, este museu é um dos poucos exemplos de aproveitamento

museológico de bens imóveis revitalizados pela Arqueologia e com atuação voltada para o turismo e público infanto-juvenil.

- Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás (Goiânia, 1970), vem pautando a sua atuação em sólida base científica e dinâmica atuação comunitária extra-muros. Deve ser destacada a sua contribuição nas constantes reformulações das exposições e projetos educativos.
- Museu Paranaense (Curitiba), ao longo de sua trajetória sofreu várias alterações, com momentos de euforia e períodos de abandono. Entretanto, sempre privilegiou a Arqueologia e dinamizou as exposições e a atuação junto ao público.
- Museu Arqueológico do Sambaqui de Joinville (1972), pode ser apontado como a melhor expressão da musealização da Arqueologia regional. Como um museu monográfico, ele tem procurado atuar em três frentes: pesquisa, preservação e comunicação. Este museu sempre estimulou a sua vocação comunitária e educacional.

Essas instituições, vinculadas a algumas outras que têm tentado superar seus problemas estruturais e de gestão programada como, por exemplo, Museu Julio de Castilhos, em Porto Alegre, o Museu Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina, o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, o Museu de Arqueologia e Etnologia de Paranaguá da Universidade Federal do Paraná e o Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul, em Taquara, ao lado de algumas iniciativas de setores do IPHAN, resumem o quadro brasileiro - representativo - no que diz respeito à musealização do passado pré-colonial.

Merece menção, ainda, a inserção dos vestígios arqueológicos no projeto Ecomuseu de Itaipu, incorporado à Itaipu Binacional. A partir da consolidação deste projeto hidrelétrico, teve início a implantação de um processo museológico, comprometido com

os pressupostos da Nova Museologia e da Educação Ambiental. De acordo com Moro<sup>19</sup>, ...“Dentro desse processo, as memórias antigas entram num sistema ativo de preservação e são tratadas como elementos para o desenvolvimento, da mesma forma que os elementos dinâmicos novos, a serem adquiridos, e aqueles que serão agregados no futuro. Tal visão fará com que memórias sejam elas de interesse arqueológico, etnográfico, científico, tecnológico... passem a ser integradas como um todo harmônico, buscando uma alimentação frequente pelo diálogo profundo, oriundo de um trabalho de participação conjunta.”

Entretanto, uma análise mais pormenorizada sobre essa experiência<sup>20</sup> leva à consideração de que a área menos trabalhada, por meio da museografia ou dos projetos educativos é justamente a Arqueologia.

Considerando que na década dos anos setenta o Brasil possuía quatrocentos museus, conforme os estudos da UNESCO já mencionados, e que no final dos anos oitenta, este número alcançou a cifra de mil e duzentas instituições, de acordo com as informações do extinto Sistema Nacional de Museus, é possível indicar que os museus vinculados à Arqueologia não assumiram uma posição de destaque.

Neste mais de um século e meio de existência, os museus não se ocuparam, ou não privilegiaram o passado pré-colonial. Assim, a Arqueologia não tem sido utilizada por estas instituições, em toda a sua dimensão, na perspectiva de conduzi-las ao perfil de museus de sociedade e museus de identidade.

---

(19) Texto extraído do “Livro Texto Ecomuseu de Itaipu” que contou com a coordenação editorial da Fundação Mudes, s/d.

(20) Análise realizada a partir de publicações e comunicações em cursos e eventos científicos apresentadas pela equipe do Ecomuseu de Itaipu.

Como foi visto, os vestígios pré-coloniais sempre estiveram presentes entre as coleções arqueológicas, mas em uma constante posição de **coadjuvantes** no cenário museal.

Muitas dessas instituições ainda estão apoiadas nas coleções que foram organizadas pelos **heróis**, que por volta dos anos cinquenta, salvaram muitos desses vestígios. Outras, encontram-se atônitas com as vantagens e os desafios que os projetos de Arqueologia de Contrato têm propiciado, mas poucas têm conseguido assimilar, no que tange às responsabilidades curatoriais, o volume considerável de vestígios recuperados em tempos reduzidos. Existem, também, os museus que abandonaram, por completo, os objetos arqueológicos.

Desta forma, a Arqueologia Brasileira ainda aguarda uma discussão, uma revisão e um planejamento, referentes aos problemas da musealização dos indicadores da memória do passado pré-colonial, sobretudo, para conseguir integrá-los na dinâmica da sociedade deste país.

Este trabalho pretende apresentar uma contribuição pontual ao propor modelos de musealização para o Projeto Paranapanema e relacioná-los à problemática museológica comum ao cenário brasileiro.

## **1.2. A DECAPAGEM E A EVIDENCIAÇÃO DO SOLO MAIS RECENTE: A CONTRIBUIÇÃO DA MUSEOLOGIA.**

A problematização das hipóteses arqueológicas procura, sobretudo, elucidar os processos de continuidades e mudanças dos diferentes grupos humanos. Por um lado, essa busca orienta-se para a compreensão das possibilidades de dispersão dos vestígios materiais (evidências culturais) em um território e, a partir de diferentes metodologias, esses vestígios acabam sendo retirados de seu local de origem e reunidos em uma instituição. Por outro lado, muitos destes estudos partem dos objetos já reunidos em instituições, com o objetivo de entender o perfil das sociedades que os produziram. De uma forma, ou de outra, a evidência material da cultura é um elemento de crucial importância para estas análises.

Assim, como já foi visto neste trabalho, não só os museus têm uma íntima vinculação com a Arqueologia, mas a Museologia - enquanto disciplina - apresenta uma acentuada cumplicidade com esta área de conhecimento.

Cabe salientar que a Museologia oferece à Arqueologia uma oportunidade especial de aproximação sistemática com a sociedade presente, uma vez que vincula suas principais preocupações em dois níveis, a saber:

- 1º) identificar e analisar o comportamento individual e/ou coletivo do homem frente ao seu patrimônio.
- 2º) desenvolver processos técnicos e científicos para que, a partir dessa relação, o patrimônio seja transformado em herança e contribua para a construção das identidades.

Os vestígios das sociedades que correspondem ao interesse de estudo da Arqueologia, são, também, elementos da herança patrimonial, tratados e comunicados pela Museologia.

Seriam olhares diferentes sobre o mesmo fenômeno, como acontece em relação a diversas áreas de conhecimento? A resposta é negativa. São olhares complementares e cúmplices.

A Arqueologia evidencia facetas das sociedades, descobre peculiaridades de um passado às vezes esquecido e faz aflorar os indicadores da memória, mas não tem potencialidades efetivas de comunicar-se em larga escala com a sociedade presente. Já a Museologia se estrutura como a área de conhecimento específica para viabilizar essa comunicação, mas depende, evidentemente, da produção de conhecimento próprio às áreas que estudam os indicadores da memória, como é o caso da Arqueologia.

O problema básico deste trabalho surge da constatação de que os estudos arqueológicos realizados no Brasil ficam restritos ao conhecimento de especialistas. Portanto, é necessário implementar processos adequados de comunicação que, por sua vez, têm a potencialidade de resgatar a pesquisa arqueológica e toda a importância do conhecimento por ela produzido.

Como já foi apresentado anteriormente, o problema da divulgação da Arqueologia tem suas raízes na própria história das pesquisas, nas questões que envolvem a preservação patrimonial e na atuação e eficiência dos museus.

Neste sentido, e levando-se em consideração a cumplicidade acima mencionada, constata-se que processos de musealização podem contribuir para a reversão do panorama traçado na Introdução.

Assim, faz-se necessário verticalizar alguns pontos inerentes ao universo disciplinar da Museologia, retomar algumas

idéias que foram esboçadas no histórico sobre os museus de Arqueologia e explicitar algumas facetas dos aspectos constitutivos de um processo de musealização.

A partir de uma perspectiva histórica é possível considerar que, desde os primeiros trabalhos escritos sobre coleções, já se encontrava o prenúncio de uma área de conhecimento que apenas neste século seria estruturada.

Segundo Guarnieri (1989, p. 7)... “O holandês Quiccheberg, em Munique, em 1565, ao elaborar a primeira tentativa de uma teoria das coleções de museu, talvez não pudesse avaliar o pioneirismo de sua contribuição numa área totalmente nova ou que seria seguido, posteriormente, por Major, no século XVII, afirmando o caráter disciplinar da Museologia; por Neickelius, em 1727; por Diderot, em 1765, com seu ensaio sobre a organização racional do Louvre; por Lafont Saint Yenne, durante a Revolução Francesa, postulando em panfletos por “museus para o povo”; por Goethe e seus lúcidos textos sobre a atividade museal (aumento das coleções, arranjo estético, função educacional dos museus)”.

Desta forma, até este século, muitas evidências comprovam que o fazer museal impôs, a partir de uma reflexão crítica, a constituição de um universo particular para a edificação de sua epistemologia. Esta trajetória tem sido lenta e ainda hoje confronta-se com o número reduzido de profissionais preocupados com a estruturação teórico-metodológica desta disciplina, com poucas escolas de formação, e com um objeto de estudo extremamente diversificado que dificulta as análises comparativas.

A identificação das associações mentais, que têm contribuído para a formação do pensamento museológico, tem sido lenta e dispersa em diversas partes do mundo. Esta realidade epistemológica que envolve a Museologia tem dificultado, também, a

elaboração de princípios básicos e hierarquizados do raciocínio sobre o fenômeno museal.

É possível reconhecer que as preocupações museológicas correspondem às questões inerentes à preservação, organização, comunicação e educação patrimoniais. Entretanto, o museu - enquanto instituição - ainda reúne e absorve grande parte dessas preocupações.

Segundo Pomian (1984), as sociedades humanas têm o hábito de eger, selecionar, reunir e guardar objetos desde a pré-história. Com isso, fica evidente a relevância dos objetos no cotidiano dos homens e o lugar de destaque que ocuparam as famosas coleções, ao longo da História, na tentativa de superar os limites da transitoriedade humana.

Se hoje pode-se afirmar a inquestionável importância dos objetos, é porque, ao lado do exercício humano de elaborar um artefato, sempre existiu alguma idéia de preservação.

Portanto, cabe enfatizar que os museus herdaram essa atitude e são responsáveis pela sua perpetuação, ao lado de outros modelos institucionais (arquivos-bibliotecas) e mesmo de outros processos sociais.

Considerando que os templos da Antiguidade, os gabinetes, galerias e antiquários e os museus enciclopédicos deixaram contribuições para a idéia de museu presente neste século, constata-se que o homem, ao longo do tempo, não deixou de lado a preservação de seus vestígios e que, de uma maneira ou de outra, mesmo privilegiando as marcas das elites, o museu é um fenômeno mundial.

Entretanto, na contemporaneidade, este modelo institucional divide sua atenção entre problemas preservacionistas e outros vinculados, por exemplo, a questões acadêmicas, definições administrativas e políticas, sem contar as dificuldades técnico-

científicas enfrentadas para acompanhar a evolução do conceito de preservação que caminhou mais rapidamente fora dos museus.

Reafirmando que a preservação é a função básica de um museu e que a partir dela estão subordinadas todas as outras, tais como **coleta** e **estudo** dos objetos e/ou espécimes da natureza; **salvaguarda** das coleções e/ou referências patrimoniais (conservação e documentação) e **comunicação** (exposição, educação e ação sócio-cultural), salienta-se que o desempenho articulado de todas estas facetas preservacionistas deve estar vinculado ao exercício da disciplina museológica.

Em recente estudo, Peter Van Mensch (1994) apresenta um panorama sobre os principais caminhos que os teóricos têm apontado, no sentido de contribuir para a construção da Museologia como disciplina científica. Baseando-se na produção escrita e organizada no âmbito do ICOFOM - Comitê Internacional do ICOM<sup>21</sup> para a Museologia, o referido autor indica que existem cinco segmentos de idéias, a saber:

- 1) a Museologia como estudo da finalidade e organização de museus;
- 2) a Museologia como o estudo da implementação e integração de um conjunto de atividades visando à preservação e uso da herança cultural e natural;
- 3) a Museologia como o estudo dos objetos de museu;
- 4) a Museologia como estudo da musealidade e,
- 5) a Museologia como o estudo da relação específica do homem com a realidade.

---

(21) International Council of Museum/ UNESCO

Revisitando essas idéias, constata-se que a preocupação desta disciplina está voltada para dois grandes fenômenos, conforme já foi apontado. Por um lado, a necessidade de compreender o comportamento individual e/ou coletivo do homem frente ao seu patrimônio e por outro lado, desenvolver mecanismos para que a partir desta relação o patrimônio seja transformado em herança e esta, por sua vez, contribua para a necessária construção das identidades (individuais e/ou coletiva).

Desta forma, enquanto área de estudo, a Museologia pode consolidar os museus já existentes e propiciar a criação de novos modelos. Em ambos os casos a noção de preservação é básica e o desdobramento dessa caminhada conceitual depende da compreensão do que é preservação (Quadro 1).

É possível enfatizar, lembrando Waldisa Guarnieri (1990, p. 10), que musealização pressupõe ou implica em preservar e enquanto ação museológica ela aproxima objetos e homens, revitalizando o fato cultural, ... “a preservação proporciona a construção de uma memória que permite o reconhecimento de características próprias, ou seja, a identificação. E a identidade cultural é algo extremamente ligado à auto-definição, à soberania, ao fortalecimento de uma consciência histórica.”

Compreende-se, então, que a Museologia fundamenta-se na idéia de preservação e que esta, por sua vez, tem a potencialidade de desencadear processos orientados para a construção da identidade. Constata-se que, os museus (e/ou processos museais), assumindo primordialmente a função preservacionista, podem desempenhar um papel relevante nas sociedades, sejam eles museus tradicionais ou novos processos museológicos.

As definições sobre preservação são muitas e datadas, mas estão sempre relacionadas à sobrevivência dos grupos humanos.

Quer seja pela identidade cultural do grupo, ou pela integridade dos seres vivos, quando se reflete sobre preservação está-se analisando outras idéias como os atos de selecionar, guardar, manter, ou mesmo repetir e transmitir.



(Quadro 1)

As reflexões anteriormente mencionadas estão sempre subordinadas ao universo patrimonial. Considerando que patrimônio é o conjunto dos bens identificados pelo homem, a partir de suas relações com o meio-ambiente e com outros homens, e a própria interpretação que ele faz dessas relações, observa-se, em um primeiro momento, que este universo é infinito. Em seguida, é fácil constatar que os museus têm preservado uma pálida imagem (por meio de algumas coleções) do que realmente seria a nossa herança patrimonial.

Reside aí, então, o primeiro grande problema sobre a função preservacionista dos museus e, por consequência, também, uma questão para a organização mental do pensamento museológico, ou seja: a necessidade de amarrar com laços mais sólidos as relações entre o universo patrimonial e aquele que hoje é partilhado como herança cultural, e que será legado para o futuro.

Neste sentido, conceitualmente, a Museologia tem avançado nas últimas décadas. Basta citar as considerações sobre Patrimônio Comunitário<sup>22</sup> e Patrimônio Integral<sup>23</sup> que têm apontado para as responsabilidades extra-muros dos museus, ou ainda a noção de Referência Patrimonial<sup>24</sup> assumindo o lugar das exauridas Coleções e, desta forma, possibilitando um futuro objetivo para a preservação da cultura material e espécimes da natureza.

Entretanto, é perceptível o desajuste entre esses avanços conceituais e a carência de métodos e técnicas capazes de orientar essas novas perspectivas. Assim, identifica-se o segundo

---

(22) Entende-se por Patrimônio Comunitário o conjunto de bens partilhado por um grupo de pessoas em um espaço delimitado e ao longo do tempo, cuja preservação é importante para a identidade cultural do grupo.

(23) Entende-se por Patrimônio Integral o conjunto de bens que deve ser preservado para a identidade e integridade dos seres vivos.

(24) Referência Patrimonial: elemento extraído do universo patrimonial, significativo em relação a um conjunto maior, e que sua preservação pode representar o universo referido.

problema relacionado ao tema: a urgência de estabelecer novos parâmetros para a formação profissional e reciclagem daqueles que já estão à frente dos processos museológicos.

Uma das possibilidades para a formação está em aceitar que a Museologia está ligada à “administração da memória” (MENESES, 1991) e, neste sentido, deve-se reconhecer que este gerenciamento pressupõe um novo trabalho cultural e educacional, que atribui ao patrimônio novos usos e novas significações. Portanto, os museus estabelecidos tradicionalmente a partir de coleções, devem contar com profissionais aptos ao desempenho dessas tarefas, ou seja: compreender que o objeto é um suporte de informações e por isso ele deve ser preservado ao lado de outros meios de informação.

Assim sendo, as atividades básicas vinculadas à coleta, conservação, documentação, armazenamento, exposição, ação sócio-cultural e avaliação devem estar relacionadas a dois grandes blocos, a saber: salvaguarda e comunicação dos indicadores da memória. O desempenho desses dois blocos está vinculado a problemas éticos sobre o uso da herança patrimonial, às questões de como uma sociedade enfrenta e estabelece um diálogo com seus traços culturais - mesmo os museus sendo universais e, sobretudo, à compreensão da vocação educacional de todas as tarefas museais. Trata-se, portanto, da imposição e estabelecimento de critérios de gerenciamento da informação contida no universo de intervenção museal.

Julga-se que, dessa forma, “novos profissionais” poderiam aproximar os museus tradicionais dos novos modelos, pois a oposição nesse caso não é saudável nem para os museus nem para os profissionais. É fundamental, então, compreender que tanto as coleções sectárias e elitistas, quanto as vertentes do patrimônio integral são indicadores da memória e, de acordo com a linha de

trabalho, podem servir para a “construção” e “releitura” sobre o passado e mesmo “ajustar” e “dinamizar” o presente. No caso específico da aplicação dos princípios museológicos ao universo científico arqueológico, essas duas linhas são fundamentais.

Assim sendo, a formação mais adequada para esses novos desafios indica que este profissional tem que estar apto para prolongar a vida dos objetos, mas também para propiciar a releitura das idéias do presente, dando novas interpretações aos acontecimentos do passado. E isso é preservação (LUCENA, 1991), isto é: instrumento para a organização mental dos princípios da Museologia e sua construção disciplinar.

A identificação e a delimitação da área de abrangência do pensamento e práticas museológicas, submetidos à problemática preservacionista, indicam a necessidade da convivência mental com as questões ligadas aos sinais, imagens e símbolos, ou seja: o reconhecimento, o tratamento e a extroversão dos sentidos e significados dos indicadores da memória. Adentra-se, portanto, nos campos da documentalidade e testemunhalidade dos segmentos patrimoniais que são alvo de musealização.

É importante reiterar que a, já clássica, definição de **Fato Museal**, elaborada por Waldisa Rússio Camargo Guarnieri (1990, p. 7) deve ser abordada neste momento. Segundo a autora... “é a relação profunda entre o Homem, sujeito que conhece, e o Objeto, parte da Realidade à qual o Homem também pertence e sobre a qual tem o poder de agir, relação esta que se processa num cenário institucionalizado, o museu”.

Reconhece-se, entretanto, que a intervenção museológica corresponde a um contexto bem delimitado do universo patrimonial: aquele de onde emergem os objetos e os artefatos. Para tanto, a noção de preservação, como base estruturadora do

pensamento museológico, é permeada pelos problemas ligados às “coisas” feitas ou transformadas pelo homem. E... “Objeto é tudo o que existe fora do Homem, aqui considerado um ser inacabado, um processo. Este ser inacabado, este processo condicionado pelo seu meio, capaz de criar, percebe o objeto existente fora de si; não só percebe, como lhe dá função, e lhe altera a forma ou a natureza, cria artefatos” (GUARNIERI, 1990, op. cit., p. 8). Como já foi apresentado, esta atitude humana tem sua sequência nos processos que levam às sociedades às ações de preservação. Neste sentido, cabe destacar que os objetos retêm as informações referentes aos sistemas sócio-culturais onde estão inseridos.

A Museologia se interessa, portanto, em administrar e conservar esta informação (e em organizar novas maneiras de informação), por meio da elaboração de discursos expositivos e estratégias pedagógicas.

Assim, fica evidente que as estruturas mentais que consolidam esta disciplina interagem com as idéias e conceitos preservacionistas de forma muito singular. Os processos de salvaguarda e comunicação, que são inerentes à musealização, particularizam o enfoque preservacionista da Museologia, dando-lhe caráter e dinâmica próprios.

Segundo Shanks e Tilley (1987), musealização é a elaboração de um sistema estético para criar significados. Esta definição verticaliza outro aspecto da disciplina museológica: este universo epistemológico é norteado pela noção de preservação, é organizado pelas características inerentes ao gerenciamento e administração da memória, mas trata, especificamente, da consolidação de um fenômeno de comunicação. Este, por sua vez, diz respeito à elaboração de experimentos e a sua construção teórica tem uma dependência efetiva da experimentação prática. Desta forma,

surge outra característica da Museologia: a sua identidade de disciplina aplicada que tem a potencialidade, também, de criar valores e significados.

Os processos de musealização, vistos como o eixo central da construção desta área de conhecimento, por um lado, contribuem para a seleção, triagem, organização e conservação da documentalidade, testemunhalidade e autenticidade impressas nos objetos musealizados. Por outro lado, constroem novos valores e significados para estes objetos, por meio da elaboração de exposições e ação educativo-cultural. Neste momento, transparece não só a cumplicidade da Museologia com as áreas de conhecimento ligadas ao estudo dos bens patrimoniais, mas, sobretudo, a sua inerente submissão a questões ideológicas. Emerge, também, outro aspecto relevante a sua edificação disciplinar: junto aos postulados gerais e universais (Museologia Geral) impõe-se, com muita clareza, os problemas de ordem especial e particular (texto e contexto museológicos).

Vale ainda destacar outra característica dos processos de musealização que diz respeito a sua própria engrenagem. Como lembrou Guarnieri (1990, p. 8)... “Quando musealizamos objetos e artefatos (aqui incluídos os caminhos, as casas e as cidades, entre outros, e a paisagem com a qual o Homem se relaciona) com as preocupações de documentalidade e de fidelidade, procuramos passar informações à comunidade, ora, a informação pressupõe, **conhecimento** (emoção/razão), **registro** (sensação, imagem, idéia) e **memória** (sistematização de idéias e imagens e estabelecimento de ligações). É a partir dessa memória musealizada e recuperada que se encontra o registro e, daí, o conhecimento suscetível de informar a ação.”

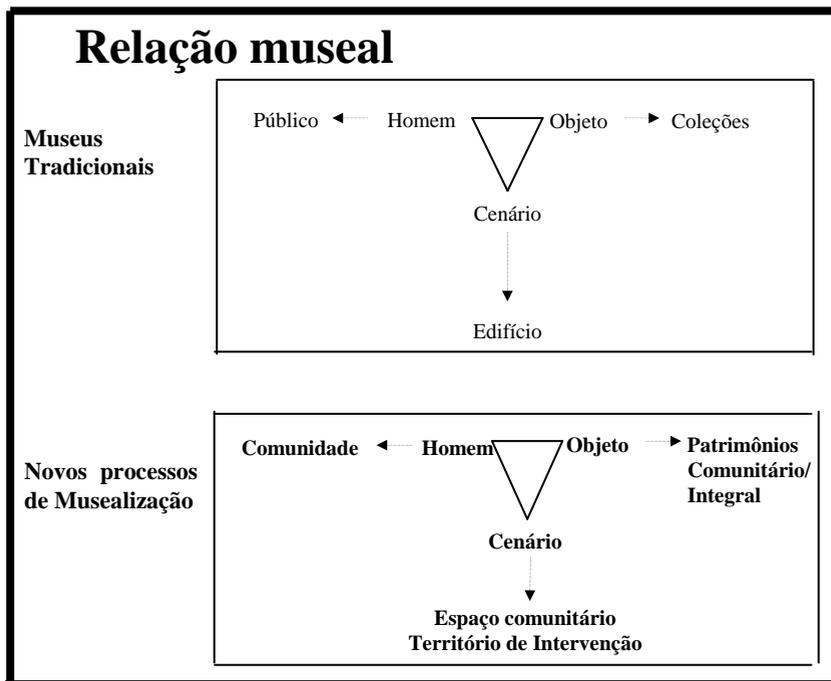
Esta citação expõe, com bastante pertinência, a vulnerabilidade da delimitação científica do território museológico em relação às pressões ideológicas. Cabe frisar que nas perspectivas de estudos museológicos apontadas anteriormente por Peter Van Mensch nota-se duas grandes linhas de abordagens. Por um lado, as definições pragmático-institucionais cobrem todo o universo mental e, por outro, as preocupações prendem-se à compreensão das relações entre o homem e o objeto. Esta dicotomia de linhas de pensamento também demonstra que a Museologia vem sendo estruturada a partir de distintos sistemas de idéias.

Uma terceira ordem de problemas que tem aflorado nos últimos anos, a partir do fortalecimento das discussões ecológicas, registra que tratar os problemas vinculados à preservação significa respeitar o conceito da biodiversidade. Nesse caso, é impossível não perceber a incapacidade dos museus tradicionais em tratar esse novo conceito, uma vez que as instituições museológicas passaram este século preocupadas em determinar suas especialidades, em desmembrar suas coleções e em contribuir para a organização de uma tipologia de museus, constituída por tipos estanques.

Deve-se ressaltar, também, que o universo profissional vinculado aos museus valorizou, e muito, a cultura material, tornando a instituição museológica antropocêntrica. Portanto, não devem ser negligenciadas as dificuldades que os museus estão enfrentando em compatibilizar seus atuais perfis em relação ao seu caráter preservacionista.

Partindo-se da noção de preservação, tendo como foco de análise um fenômeno de comunicação que tem a possibilidade de construir e reconstruir as relações entre a sociedade e sua herança patrimonial, a Museologia vem organizando seu campo teórico, particularizando-o entre aqueles que orientam as disciplinas aplicadas,

e testando-o por meio de inúmeras experimentações que ocorrem no âmbito dos museus tradicionais ou no âmbito dos novos processos museais (Quadro 2).



(Quadro 2)

Desta forma, e lentamente, esta área vem organizando a hierarquia de suas estruturas mentais, superando paradigmas e colocando-se frente a novos desafios. Assim, têm surgido questões

inerentes aos limites e reciprocidades desta área com outras áreas científicas, como também movimentos de intelectuais que apontam para uma Nova Museologia.<sup>25</sup>

Considera-se que os fenômenos museais tradicionais correspondem aos museus estruturados institucionalmente, que atuam a partir de coleções constituídas e exercem sua função social por intermédio da sua produção científica e de suas formas de intervenção comunicacional e educacional. Já os novos processos que procuram interagir extra-muros voltam-se para as perspectivas do trabalho comunitário. Como afirma Maure (1994, p. 85)... “Ces ‘nouvelles realisations’ ont - quelles que soient les différences - trois éléments principaux en commun; elles accordent toutes une importance primordiale à: l’identité locale, la perspective écologique, et la participation de la population. C’est dans l’interaction entre ces trois éléments, dans un cadre museal, que réside la nouveauté et l’importance du mouvement”.

Trata-se de um alargamento considerável dos horizontes epistemológicos, dentro do mesmo universo de preocupações, impondo desta forma metodologias adequadas.

Em recente reunião de profissionais realizada em Petrópolis (maio, 1995), no âmbito do I Encontro Nacional do ICOM-Brasil (International Council of Museums) foi elaborado um documento, no qual tive ativa participação, com as reflexões e propostas brasileiras, para ser apresentado na Conferência Geral do ICOM, em Stavanger, Noruega (julho, 1995).

O grupo que discutiu as questões teóricas apresentou as seguintes conclusões:

---

(25) Movimento definido durante a realização do “Ateliê Internacional Ecomuseus/Nova Museologia”, em Quebec-Canadá (outubro de 1984)

**“Grupo de Interesse sobre *Museologia* (ICOFOM)**

As discussões do grupo tiveram como perspectiva a reflexão sobre aspectos teórico-metodológicos da Museologia (de acordo com os objetivos do ICOFOM), considerando inclusive as questões referentes à formação profissional nesta área. Como resultado dessas discussões o grupo propõe:

1) o reconhecimento da Museologia como disciplina aplicada, com a potencialidade de mediar as necessárias relações entre preservação e desenvolvimento; neste sentido a ação da Museologia caracteriza-se, singularmente, por sua capacidade de transformar o **Patrimônio** em **Herança**. Define-se **Patrimônio** como conjunto de bens fruto das relações do Homem com o meio ambiente e com os demais homens, assim como as interpretações dessas relações. Define-se a **Herança** como a consciência da existência desse Patrimônio, assumido enquanto conjunto de signos que permitem a identificação do indivíduo em relação a si mesmo e ao grupo a que pertence, no tempo e no espaço.

A preservação e o conhecimento do Patrimônio levam à constituição da **Herança**, como base da identidade das comunidades, e de seu desenvolvimento;

2) a necessidade, por parte da Museologia, de um profundo conhecimento dos segmentos da

realidade social correspondente ao seu universo de aplicação;

- 3) a implementação de processos museais que identifiquem e reconheçam as comunidades de diferentes naturezas a que se destinam, e que procurem adequar as estratégias de ação, os procedimentos metodológicos e técnicas aplicados às peculiaridades destas diferentes comunidades. A avaliação permanente e sistemática desses processos deverá ser incorporada à musealização;
- 4) a garantia da participação das comunidades envolvidas em todas as etapas do processo museológico, considerando que a Museologia permite a transferência de seu conhecimento específico, de seus métodos e técnicas de atuação;
- 5) o reconhecimento do objeto central de estudo da museologia como um “fenômeno de comunicação”, construído a partir da articulação das múltiplas formas de relação entre o homem e o objeto em um cenário;
- 6) o respeito ao tempo inerente à construção dos fenômenos museais, determinado pelas singularidades das variáveis envolvidas nestes processos;
- 7) o reconhecimento de que as múltiplas possibilidades de aplicação de processos museológicos são meramente diferenças

metodológicas, que só vêm a enriquecer a unidade da teoria museológica.

Propõe-se assim uma nova ação museológica, capaz de alterar a visão tradicional de museu, num país como o Brasil, no qual a identidade reside exatamente na diversidade cultural, considerando-se que o “corpus” teórico de uma disciplina modifica-se na sua relação dialética com a realidade.

### **Formação de Pessoal:**

- Considerando estes pressupostos, propõe-se que, no Brasil, a formação de pessoal na área da Museologia busque a preparação de profissionais críticos e capazes de atuar como mediadores na relação Preservação e Desenvolvimento, conscientes de que esta ação de mediação contribui para a construção dos valores sociais e para a estruturação da herança cultural.
- Neste sentido, a formação dos profissionais de museus deverá incluir conhecimento e treinamento em três níveis:
  - 1) a estrutura teórica, metodológica e técnica da Museologia;
  - 2) o perfil patrimonial da realidade brasileira em sua diversidade, semelhanças e contrastes;
  - 3) os recursos técnicos e os fundamentos teóricos da Comunicação, e de sua nova tecnologia.

Este tipo de formação visa capacitar a esses profissionais para uma ação social voltada para a educação integral; é indispensável assim

reformular-se a estrutura curricular dos cursos de Museologia, promovendo a interdisciplinariedade e a interação entre as diferentes áreas. É igualmente importante que a Museologia faça parte de outras áreas acadêmicas, responsáveis pela formação de profissionais que venham a atuar em museus.”

Entretanto, ainda são tímidas as suas inserções no mundo acadêmico. Faltam, em especial, uma profusão maior de periódicos especializados, cursos de formação e encontros científicos.

Apesar das considerações elencadas, é possível apresentar um quadro referencial desta disciplina (Quadro 3), afirmar que seu eixo está apoiado na compreensão, realização e análise dos processos de musealização (Quadro 4), e, no caso específico deste trabalho, que a Museologia compõe com a Arqueologia um cenário multidisciplinar, com o objetivo de contribuir para a solução de uma problemática percebida na dinâmica socio-cultural brasileira.

Constata-se, então, que a Museologia tem a potencialidade de conduzir para novos caminhos as questões referentes ao abandono da memória arqueológica.

### Quadro Referencial da Disciplina Museológica (A)

#### Museologia geral:

- 1) **Teoria Museológica:** conjunto de princípios que se articulam a partir da análise e das experimentações ou do estudo do fato museal e a respectiva sistematização - dessas reflexões - (categorias universais).
- 2) **História dos Museus:** estudos voltados para a inserção desse modelo institucional nas suas respectivas sociedades, enfatizando a análise sobre mudanças de forma e conteúdo e identificando a origem e desenvolvimento de novos processos de musealização.
- 3) **Administração de Museus:** experimentações estruturais e regimentais visando ao exercício profissional interdisciplinar e a aproximação com os órgãos mantenedores e com a sociedade em geral (gestão orientada e auto-gestão)

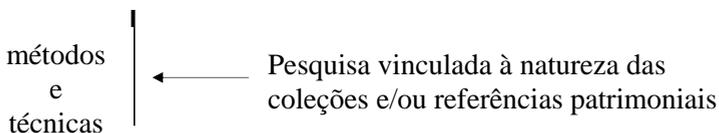
#### Museologia Especial:

Os estudos acima elencados devem ser orientados a partir da identificação das características do fato museal, a saber:

- 1) **Texto museológico:** relacionado ao tipo de museu ou processo museológico (natureza do acervo ou perfil das referências patrimoniais)
- 2) **Contexto Museológico:** referente à sociedade onde o processo museológico está fixado ou o museu localizado.

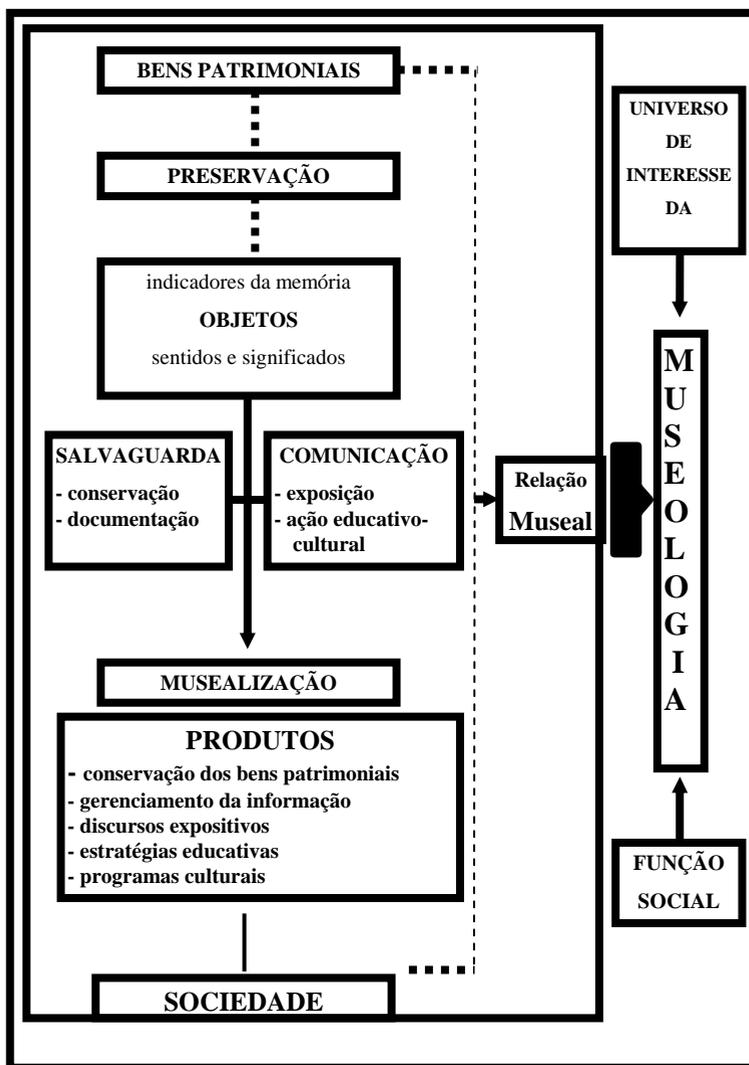
(Quadro 3-A)

**Quadro Referencial da Disciplina Museológica (B)**  
**Museologia Aplicada**



- 1) **Planejamento Institucional e/ou Elaboração do Programa para o estabelecimento do Processo de Musealização** (estrutura, cronograma, financiamento, etc)
- 2) **Formas de Aquisição das coleções ou da Apropriação das Referências Patrimoniais**
- 3) **Salvaguarda do Acervo e/ou Referências Patrimoniais**
  - conservação: intervenção/restauro/uso
  - documentação: inventário/banco de dados/gerenciamento da informação
  - armazenamento: temporário e/ou definitivo/Reserva Técnica
- 4) **Comunicação**
  - exposição: longa duração/temporárias/sistemas
  - serviço educativo: projetos pedagógicos sistemáticos
  - ação sócio-educativo-cultural: educação permanente
- 5) **Avaliação**
  - sobre os conteúdos
  - sobre o comportamento do público e/ou comunidade
  - sobre o processo museológico

(Quadro 3-B)



(Quadro 4)